

Mestrado
Universidade Estadual de Campinas

LAZER E MEIO AMBIENTE
Percorrendo as trilhas de Ouro Preto
(um estudo a partir da trilha do Pico do Itacolomi)

Carlos Rogério Ladislau

Campinas, 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Carlos Rogério Ladislau

LAZER E MEIO AMBIENTE
Percorrendo as trilhas de Ouro Preto
(um estudo a partir da trilha do Pico do Itacolomi)

Dissertação de mestrado apresentada
à Faculdade de Educação Física da
Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação da Prof^a Dr^a Heloisa
Turini Bruhns.

Campinas 2001

01861800

| | |
|----------------------|-----------|
| UNIDADE | BC |
| Nº CHAMADA T/UNICAMP | L125L |
| V | BA |
| TOMO | 48050 |
| PRDC | 16-837-02 |
| PREÇO | R\$ 11,00 |
| DATA | 10-04-02 |
| Nº CPD | |

CM00165689-7

IB ID 235759

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

L126c
L125L

Ladislau, Carlos Rogério

Lazer e meio ambiente : percorrendo as trilhas de Ouro Preto (um estudo a partir da trilha do Pico do Itacolomi. – Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : Heloísa Turini Bruhns.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Parque Estadual do Itacolomi. 2. Lazer. 3. Trilhas.
4. Homem – Influência sobre a natureza. 5. Educação física. I. Bruhns, Heloísa Turini. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física.
- III. Título.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Carlos Rogério Ladislau e aprovada pela Comissão Julgadora em 02 de março de 2001.



Prof. Dra. Heloísa Turini Bruhns
Orientadora

Membros da Comissão Julgadora

Prof. Dr. Gustavo Luis Gutierrez

Prof^a Dr^a Maria Tereza D.P. Luchiani

À Mamãe, Papai
E às mães e pais
que o mundo
me deu de presente...

AGRADECIMENTOS

Há muito que falar aqui. Das cores, dos sabores, dos sons, dos suores. Dos amores... Da marca viva que cada um em mim estampa, marca cuja essência atravessa cada página deste trabalho. E não há como ser diferente: todos os meus pensaram comigo, sentiram comigo, escreveram comigo... Não poderiam, pois, deixar de estar aqui.

À minha orientadora, Heloísa Brunhs, exemplo de competência e seriedade, a quem devo o aprendizado de lições que ultrapassam em muito o âmbito desse trabalho: ensinam-me da vida. À amiga Helô, pela presença linda e iluminada no meu caminho.

Aos membros da Comissão Julgadora, Gustavo Gutierrez e Maria Tereza, pela atenção, compromisso e presteza com que me atenderam, dando valiosas contribuições para a elaboração do presente estudo.

Aos Professores Lino Castellani e Heloísa Baldy, que com prontidão se dispuseram a ser suplentes em minha Banca.

Aos companheiros do DEL e da FEF, especialmente à Tânia, à Carmem e a Cesar, pela disposição e pelo precioso auxílio neste processo.

Às amigas Alcyane, Ângela e Mírian, a quem devo tanto que jamais conseguiria manifestar aqui...

À minha família campineira: Lu, Guilherme, Renato, Márcia, Marcelo, Li, Ernst, Dani, Guga, Bia, Henk, Vânia, Renan, Mateus... e tantos outros que me acolheram em casa como a um dos seus... A vocês, todo meu respeito, meu carinho e minha eterna gratidão. À Dona Vald e Seu Milton... Falar o quê prá vocês...? Que o meu abraço, a cada encontro nosso, possa dizer desse sentimento que me toma conta do peito agora... Obrigado, obrigado, obrigado...

*“O que me anima
É saber que a fusão é possível.
É sentir a pedra no peito
E mesmo temendo seu frio
Acreditar
Que uma gota pode verter desse gelo
E me inundar a vida
Ainda que isso me custe
Todo calor da alma.”*

A você, Beto,
por cada minuto que pude passar ao seu
lado.

RESUMO

O presente estudo enfoca atividades de lazer em ambientes naturais, privilegiando as trilhas ecológicas desenvolvidas ao redor do Pico do Itacolomi, situado no parque estadual de mesmo nome, em Ouro Preto (MG). O objetivo foi investigar a dinâmica que norteia o desenvolvimento dessas trilhas, buscando compreender diversos aspectos que aí se entrelaçam, os quais vão desde as inclinações turísticas da cidade de Ouro Preto até as sensações subjetivas e experiências corporais que surgem a partir da atividade. A pesquisa, de natureza qualitativa, apoiou-se no referencial da análise cultural proposta por Geertz (1989), utilizando dois instrumentos para a obtenção de dados: as observações e as entrevistas. A partir da análise realizada, foi possível verificar que o Pico tem significativo destaque no cenário ouropretano e que, entretanto, a sua visitação é limitada por certos fatores, como a orientação turística da cidade, voltada para o patrimônio histórico do lugar. Apesar desse fato, diversos residentes e turistas fazem a trilha para visitá-lo, na maioria das vezes organizando-se em grupos cuja formação pode ser relacionada às tribos contemporâneas referidas por Maffesoli (1998). Na experiência do lugar, são relatadas as sensações de paz e tranquilidade, ambas associadas, de certa forma, à vivência de um suposto distanciamento da dinâmica acelerada do dia-a-dia, cujo ritmo, impessoal, é marcado pelas batidas do relógio. A sensação de liberdade também é pontuada, mas se associa tanto com a perspectiva temporal anunciada anteriormente quanto com a espaciosidade que a presença no Pico possibilita experimentar. No tangente às interações estabelecidas com a natureza, é possível identificar nos trilheiros uma postura que busca ir ao encontro da preservação do lugar, embora certa limitação esteja presente na forma como compreendem a dinâmica ambiental, restringindo-a a seus aspectos físicos imediatos, como a questão do lixo, por exemplo. De qualquer forma, um canal privilegiado de percepção parece manifestar-se nessa ocasião, presente tanto nas falas quanto nas atitudes daqueles que participam da atividade, fazendo crer que esta é uma oportunidade profícua para a reflexão e/ou intervenção no âmbito das questões referentes ao meio ambiente. Finalmente, a prática da trilha sinaliza, em determinados trechos do caminho, uma oportunidade privilegiada para o (re)conhecimento corporal, proporcionando a experimentação de possibilidades e limites e permitindo provar sensações corporais diversas, que podem ir da exaustão ao entorpecimento.

ABSTRACT

The present study focuses leisure activities in natural atmospheres, privileging the ecological paths developed to the circuit of the "Peak of Itacolomi", located in the state park of same name, at Ouro Preto (MG). This study investigated the dynamics of paths development, looking for to understand several aspects, which to consist since empty space of the tourist inclinations of the city of Ouro Preto until the subjective sensations and corporal experiences that appear in the activity. The nature of this research is qualitative and it was supported in the cultural analysis proposed by Geertz (1989), using two instruments for the obtaining of data: observations and interviews. It was possible to verify that the Peak has significant prominence in the scenery of Ouro Preto city and its visitation is limited by certain factors, as the tourist orientation of the city, gone back to the historical patrimony of the place. Even so, several residents and tourists make the trail to visit in the most of the time they are being organized in groups whose formation can be related to the contemporary tribes referred by Maffesoli (1998). The groups tell about the peace and peacefulness sensations, both associated, of certain form, to the existence of a supposed estrangement of the daily dynamics, whose impersonal rhythm is marked by the clock beaten. The freedom sensation is associated as with the temporary perspective announced previously as with the large space sensation the Peak provides. In the interactions established with the nature, it is possible to identify, in the people involved, a posture of the preservation from the position, although there is certain limitation present in the form as they understand the environmental dynamics, restricting to its aspects physical immediate, as the subject of the garbage, for example. In any way, a channel privileged of perception seems to show in that occasion, present so much in the speeches as in the attitudes of those that participate in the activity, making to believe that this experience is a singular opportunity to reflection and/or intervention in the ambit of the subjects referring to the environment. Finally, in certain spaces of the road, the practice of the trail shows a privileged opportunity for the corporal knowledge, providing new experimentations and allowing to prove several sensations corporal, such as exhaustion and numbness.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Introdução | 1 |
| Desenhando um mapa do estudo | |
| Capítulo I | 5 |
| Descobrimo espaços, trilhando caminhos | |
| Descobrimo espaços: considerações iniciais | |
| Trilhando caminhos: aspectos metodológicos | |
| Capítulo II | 23 |
| Um olhar sobre a paisagem: O “Pico de Ouro Preto” | |
| De longe, o Pico: imagem, atração e contradição | |
| A marca do tempo: memória e história | |
| Capítulo III | 43 |
| A paisagem visitada | |
| De perto, o Itacolomi: espaço, visitação e sensação | |
| A marca do tempo: ocupação e preservação | |
| Capítulo IV | 79 |
| Da paisagem ao espaço: o movimento | |
| Partindo de longe, chegando bem perto: a trilha para o Pico | |
| Vivenciando o espaço: corpo e movimento | |
| Considerações Finais | 109 |
| Experimentando os limites no final da trilha... | |
| Referências Bibliográficas | 115 |

Introdução

Desenhando um mapa do estudo

As ações ligadas à natureza¹ têm recebido indiscutível destaque atualmente. As traduções disso podem ser vistas em toda parte: vão desde ações radicais de militância (denunciando agressões ao meio ambiente) até às embalagens de aerossóis, as quais estampam, com certo orgulho, a inscrição “inofensivo à natureza² em seus rótulos. Diante desse panorama, as atividades de lazer desenvolvidas em ambientes naturais assumem relevância ao serem inseridas na pauta dos grandes debates, e a sua ocorrência suscita a reflexão em torno de suas motivações e de seus desdobramentos.

No presente estudo, pretendo discutir acerca de uma dessas atividades: uma trilha “ecológica”, buscando enfocá-la a partir de seu desenvolvimento e de sua inter-relação no contexto em que ocorre. Apoio-me, para isso, no referencial da análise cultural proposta por Geertz (1989), cujo objetivo consiste em “tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas” (p.38).

Assim, procuro aqui compreender tal trilha de forma abrangente, privilegiando um conceito amplo de cultura, elaborado por Chauí,(1985, p.122)

¹ A natureza está sendo considerada aqui como um conceito que “exprime uma totalidade, em princípio abstrata, que os homens concretizam na medida em que preenchem com suas visões de mundo” (Carvalho, 1994, p.26)

² Essa informação se refere ao fato de que tais produtos não mais contém CFC (Cloro-fluor-carbono) em sua composição, sendo, portanto, inofensivos para a camada de ozônio que protege a terra da radiação UV solar.

como sendo “uma ordem simbólica que exprime o modo pelo qual homens determinados estabelecem relações determinadas com a natureza e entre si e o modo pelo qual interpretam e representam essas relações”. Nesse sentido, a exemplo do apontado por Bruhns (2000, p.15) em seu estudo sobre futebol, carnaval e capoeira, cabe ainda perceber que uma dada manifestação, por si só, revela muito pouco, e que é só no interior de uma cultura, enquanto parte dela, que ela passa a ter sentido. Por esse motivo, abordar o contexto em que a trilha em questão é desenvolvida passa a ser aqui um propósito de grande importância.

O foco do presente estudo é o Pico do Itacolomi, ponto culminante do parque estadual de mesmo nome, que integra os municípios de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais. Constitui um dos “cartões postais” de Ouro Preto e é em torno dele que se desenvolve grande parte das atividades ecológicas ligadas ao lazer na região. Como é meu objetivo considerar as trilhas que ocorrem ao redor do Pico mas sem restringir minhas observações àquele espaço específico, busquei compor para análise três momentos, que desvelam o mesmo olhar para um só objeto, mas a partir de focos diferentes.

Lacoste (1997, p.77), ao tratar de uma questão que julga primordial para a Geografia – o problema da escala – enuncia argumentos que se mostram úteis na justificativa desse procedimento que ora adoto. Segundo o autor,

“Como certos fenômenos não podem ser apreendidos se não considerarmos extensões grandes, enquanto outros, de natureza bem diversa, só podem ser captados por observações muito precisas sobre superfícies bem reduzidas, resulta daí que a operação intelectual, que é a mudança de escala, transforma, e às vezes de forma radical, a problemática que se pode estabelecer e os raciocínios que se possa formar.”

Foi para tentar apreender, de diferentes perspectivas, meu objeto de estudo, que busquei esse deslocamento de foco, ora me distanciando do Pico, ora me aproximando dele. E ora acompanhando o próprio movimento que transformava o distante em próximo. Assim estão construídos os três momentos da minha pesquisa.

No primeiro deles, o olhar dirige-se de Ouro Preto para o Pico, num enquadramento distante, que concentra as atenções na dinâmica da cidade sem perder o eixo de observação, sempre centrado na imagem do Pico. Dessa forma, foi possível discutir as implicações do fato de o Pico *fazer parte* de uma cidade histórica, patrimônio mundial da humanidade; foi possível apontar a sua relevância (passada e presente) na paisagem ouro-pretana; e foi possível situar a atividade de trilha ecológica num contexto em que diversos fatores influenciam na predominância da opção por roteiros de turismo histórico.

Num segundo momento, o quadro inverte-se, e é a partir do Pico que são feitas as observações. A cidade torna-se uma “mancha no horizonte”, e o primeiro plano concentra, agora, todas as atenções. Nele se inscrevem os elementos que dão corpo a este momento do estudo: a ocupação do Pico pelas pessoas, a dinâmica dos deslocamentos e das aglomerações, e as formas de organização para a experiência do lugar. Aqui as questões sobre meio ambiente tornam-se evidentes, uma vez que, além da aproximação com o ambiente natural, este momento traz uma observação feita a partir do interior de uma unidade de conservação, patrimônio natural tombado pelo Estado.

Por último, num terceiro momento, o olhar acompanha o movimento de passagem de um quadro para o outro, ou seja, o desenvolvimento da trilha propriamente dita, a qual desvela, por si só, uma forma diferenciada de experienciar o lugar, oferecendo novos aspectos de análise, principalmente no que se refere ao elemento que faz essa transposição: o corpo.

Capítulo I

Descobrimos espaços: considerações iniciais

“...para achar o ouro, você tinha que achar o Itacolomi.”³

E eis o meu tesouro.

Em setembro de 1997, quando concebi esse estudo, confesso que não tinha a intenção precisa de encontrá-lo. Na verdade, minha idéia original era deveras diferente daquela que me norteou no caminho que acabei trilhando. E não se trata de um desvio causado por desatenção; ao contrário: o confronto com o objeto de estudo me revelou uma realidade tão rica que o recorte original tornou-se inoperante, incapaz de dar conta de tamanha complexidade. Por causa disso, me vi obrigado a reformular meus passos, alterar minhas perguntas, buscar outros focos de observação.

De fato, era minha intenção inicial analisar a dinâmica do desenvolvimento de trilhas ecológicas (especificamente, a trilha do Pico do Itacolomi em Ouro Preto), concentrando meu interesse sobre os atos e as representações de seus praticantes com relação ao meio ambiente e aos seus próprios corpos. No entanto, a partir do momento em que comecei os trabalhos de campo, logo percebi que não encontraria resposta às minhas questões se não ampliasse meu foco de modo a abranger outros fatores que intervinham nesse processo. Assim, tive que me enfrontar no desenvolvimento da atividade em si e na sua

idealização, a partir dos indivíduos que a praticavam; tive que atentar para a ação de outros indivíduos, que embora não a praticassem, desempenhavam importante papel no âmbito do seu desenvolvimento; e tive também que abordar a dinâmica do lugar que circunscrevia a sua realização, com seus atores e seus discursos, certamente pontos de destaque para a compreensão mais profunda dessa manifestação de lazer que me propus a estudar.

Confesso que já tinha a noção dessa complexidade quando escolhi tal tema para investigação. Afinal, considerar uma atividade ecológica como foco de estudo certamente representaria uma grande aventura acadêmica, a começar pela abrangência desse território, que tem como bandeira a vastidão dos usos e significados com que a próprio adjetivo “ecológica” tem sido utilizado atualmente. Cruzando esse território, havia ainda caminhos confusos, como os percorridos pelo “lazer”, e outros pouco trilhados, como os da corporeidade e os do meio ambiente, tudo configurando um mapa intrincado e, talvez por isso, sedutor.

A intenção de sistematizar um estudo que tratasse mais detidamente de trilhas ecológicas vinha, assim, ao encontro da minha expectativa de elaborar na área de interseção desses três campos (lazer, corporeidade e meio ambiente), que ora desvelam-se (ou são desvelados) como grandes temas de interesse, dadas as circunstâncias atuais da nossa sociedade.

A problemática ambiental, por exemplo, está indiscutivelmente posta em todos os âmbitos da nossa vida cotidiana, tornando-se, como coloca Silva (1997),

³Trecho da entrevista de Genival, guia de turismo de Ouro Preto, com quem conversei no Posto de Informações Turísticas do centro da cidade após haver agendado anteriormente a entrevista por telefone.

um tema contemporâneo fundamental, especialmente a partir dos momentos críticos pelos quais vem passando o planeta.

Bijos⁴ nos indica alguns fatores que co-determinam esse estado das coisas: “crescimento populacional exponencial; depleção da base de recursos naturais; sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética; sistemas de valores que propiciam a expansão ilimitada do consumo material”. Contra-argumentando o primeiro desses fatores, Reigota (1998), em seu livro “O que é educação ambiental”, defende que o problema ambiental não está na quantidade de pessoas que existe no planeta, mas sim no consumo exacerbado de recursos por uma pequena parcela dessas pessoas, bem como no desperdício e na produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida.

Nesse sentido, encaixa-se perfeitamente a observação de Grün (1995 p.23) quando aponta a necessidade de um resgate histórico que nos forneça elementos capazes de sustentar a compreensão da origem do conjunto de valores que na atualidade tem levado o homem (ou os homens) a agir de forma desastrosa sobre o meio ambiente. Segundo esse autor, na análise de todo esse processo, é possível constatar “uma das principais causas da degradação ambiental [que] tem sido identificada no fato de vivermos sob a égide de uma ética antropocêntrica. No sistema de valores formado em consonância com essa ética, o Homem é o centro de todas as coisas”. Foi certamente esse princípio que deu consistência a muitas justificativas para intervenções - por vezes, devastadoras - do homem sobre o meio: o avanço técnico e científico era o argumento decisivo para a iniciativa, sempre em prol do progresso da “humanidade”. Hoje estamos mais cientes de que

ações inconseqüentes sobre o meio ambiente podem efetivamente ocasionar sérios desequilíbrios. Guattari (1997 p.7), introduzindo sua discussão acerca da deterioração progressiva do mundo a partir do desequilíbrio interno de três registros ecológicos que toma para análise (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana), descreve com propriedade esse risco: “o planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a implantação de vida em sua superfície”. Ultrapassando o alarmismo dessa proposição, talvez seja possível identificar aí a origem de um certo processo de sensibilização ecológica pela qual vem passando a população mundial em geral e, com ressalvas, a própria sociedade brasileira. Como nos coloca Guimarães (1995 p.14), com o questionamento do atual modelo civilizatório, tornou-se evidente a necessidade da construção de uma nova ética nas relações das sociedades entre si e delas com a natureza, muito embora tal fato ainda esteja alterando de forma muito discreta o rumo das intervenções humanas sobre o planeta.

De acordo com Bruhns (1997a p.86), no Brasil, as preocupações ambientais tem despertado manifestações em diversos campos, tanto formais⁵ quanto informais. Nesse último âmbito, “merecem destaque as opções por modalidades esportivas, denominadas por alguns de esporte de aventura, esportes na natureza, ou esportes ligados ao turismo ecológico”. A iniciativa de considerar para análise uma atividade de lazer desenvolvida em contato com a

⁴Citado por Mauro Grün, 1995, p.22.

natureza - como o são as trilhas ecológicas - caminha, então, justamente nesse sentido: indagar o seu potencial ambiental, ou seja, as possibilidades de questionamento e intervenção que a sua prática sinaliza.

Isso me parece ser um aspecto de grande importância, uma vez que as conseqüências de tais atividades têm sido objeto de polêmica na reflexão de diversas áreas. Assim, se por um lado existem opiniões defendendo que tais atividades podem ocasionar - em maior ou menor grau, danos ao meio ambiente, por outro, alguns estudiosos do assunto argumentam que, pelo menos de imediato, parece estar havendo uma interação harmoniosa entre elas (as atividades) e a preservação ambiental.

Elaborando no campo da Geografia, Santos (1996 p.51-2) opera uma contribuição bastante significativa para pensarmos a respeito da interação do homem com o seu meio. Ele coloca que o espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, os quais, pela sua interação, compõem um quadro único no qual a história se dá. Assim, “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”.

No teor das elaborações do autor, nos interessa destacar aqui justamente a interação dialética que ele prenuncia: objetos que, moldando ações, são simultaneamente moldados por elas. Deslocando essas considerações,

⁵A autora cita algumas dessas manifestações formais: “criação de partidos políticos, ações governamentais via formação de secretarias e ministérios, organizações não governamentais, apoio à pesquisa e proposta de trabalho por órgãos específicos (como por exemplo, Fundação Banco do Brasil, Fundação O Boticário)...”

poderíamos afirmar que, ao mesmo tempo que o homem atua sobre o meio, o meio modula tal ação, findando por atuar sobre o próprio homem . Nessa dinâmica, homem e meio modificam sua significação e seu valor, ou seja, se transformam.

É nesse sentido que se torna fundamental tomar o meio ambiente não apenas em seu aspecto físico, como algo já pronto, fixo, acabado, mas sim como uma construção sócio-cultural, flexível, dinâmica, provisória, fruto (e semente!) de intervenções humanas ao longo da história.

Ainda nessa linha de raciocínio, privilegiando a interação dialógica entre o ser humano e seu meio, é possível evidenciar a existência de uma relação umbilical entre esses elementos, desde então indissociáveis. Nesse norte, Guimarães (1995 p.30) defende a prevalência de uma unidade Homem-natureza⁶, perante a qual uma concepção antropocêntrica deixaria de ter sentido: “a noção de dominação de ser humano sobre o meio ambiente perde seu valor, já que estando integrado em uma unidade (ser humano/natureza) inexiste a dominação de alguma coisa sobre a outra, pois já não há mais separação”.

Na perspectiva dessa unidade, ao contemplar questões referentes ao meio ambiente, o homem não estaria tratando apenas de algo externo a si, mas também de sua própria existência, do ser-no-mundo, de sua corporeidade⁷. Bruhns (1997 p.136) traduz a assimilação dessa relação com muita propriedade: “as experiências íntimas do corpo com a natureza, numa perspectiva subjetiva,

⁶ O autor argumenta seu posicionamento com uma indagação: “Qual a separação que existe entre o ser humano e o meio ambiente, se a todo momento o ser humano aspira para o seu interior o ar que circunda, ingere a água que bebe, o alimento que come, exterioriza sentimentos para com uma flor, um animal, uma paisagem?” (Guimarães, 1995 p.30)

expressam em alguns casos uma busca de reconhecimento do espaço ocupado por este corpo na sua relação com o mundo, uma revisão de valores, bem como um encontro muito particular do homem com ele mesmo.”

A complexidade dessas interações foi o principal fator que me levou a considerar o corpo como ponto de partida para discutir as questões ambientais inerentes ao desenvolvimento das trilhas ecológicas, já que, tomados como elementos da cultura, corpo e meio ambiente evidenciam o fato de que o relacionamento dos homens com a natureza é também uma construção cultural, passível de intervenções e, portanto, mutável.

É nessa perspectiva que procuro, no presente estudo, focalizar a dinâmica que circunda o desenvolvimento da trilha do Pico do Itacolomi, buscando compreender a sua ocorrência a partir de uma perspectiva que a ultrapasse e permita discutir as relações que se estabelecem ao seu redor.

Trilhando Caminhos: Aspectos Metodológicos

O caminho dessa pesquisa não foi menos repleto de surpresas do que o é seu objeto. Embora de antemão eu já houvesse estruturado todos os momentos da sua realização, cada nova visita ao Pico, cada novo contato com seus freqüentadores fazia emergir novas questões, fazia-me perceber novos horizontes. Assim, por diversas vezes, enquanto pesquisador, tive que incorporar, na atitude intelectual, o espírito do trilheiro, aventurando-me pelos permeios de fatos e de

⁷Maria Augusta Salim Gonçalves (1994) define corporeidade como sendo a forma do homem ser-no-mundo e ao mesmo tempo, vivenciar-se na intimidade do Eu.

gestos, buscando “espaços novos”, e transformando em construção acadêmica uma incursão por páginas e paisagens, palavras e sensações.

Desafio difícil, mas estimulante, assim como a própria trilha do Pico, segundo, em uma de suas falas, expõe Serginho, um dos trilheiros que acompanhei na subida para o Pico:

“é muito cansativo, às vezes dá vontade de desistir. Mas quando você olha na paisagem... te dá uma energia nova... E quando chega lá em cima então, compensa ...”⁸

Assim também foi o meu caminhar: difícil, mas compensador por cada nova descoberta.

Tomando como mapa o referencial da análise cultural proposta por Geertz (1989), uma abordagem qualitativa me serviu de guia nesse trajeto, já que eu estava considerando “um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalhando com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1994 p. 21).

Discutindo a abordagem qualitativa, Chizzotti (1995) destaca que é necessário, ao pesquisador, partilhar as experiências do grupo investigado, buscando dados que lhe permitam reconstituir adequadamente o sentido que os autores sociais atribuem a elas.

⁸ Serginho é um adolescente ouro-pretano, que estuda numa escola pública da cidade. Já havia ido ao Pico algumas vezes, mas reclamava que esta tinha sido a mais cansativa delas, pois tivera que carregar muito peso na subida para ajudar uma de suas companheiras que estava muito cansada.

Minayo (1994) identifica tal atitude com a estratégia metodológica da observação participante, caracterizada pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos autores sociais em seus próprios contextos. Era exatamente esse procedimento que a situação de estudo exigia de mim: um enfronhamento com a atividade e com seus praticantes; um adentramento no espaço-tempo constituído em torno da trilha que eu iria estudar.

Na verdade, foi-me necessário extrapolar consideravelmente essa circunscrição. Havia questões que não mostravam suas respostas *in loco*, mas que tinham que ser perseguidas fora dali, no espaço de outras aventuras (nesse caso, no campo da cultura e da política de turismo de Ouro Preto) que influenciavam – por vezes, de forma decisiva – não a presença das pessoas no Pico, mas, com significância, a ausência delas. Em outras palavras, não pude limitar minhas ações de pesquisador no espaço da trilha que eu queria investigar. Primeiro por ter que antecipar alguns contatos com trilheiros (os quais aconteciam na área urbana de Ouro Preto); segundo, por ter também que procurar informações junto a guias de turismo da cidade (e sua respectiva associação) bem como junto a representantes institucionais, cuja ação aparentava ser muito importante para o desenvolvimento da atividade em questão. Contatei, assim, a Secretaria Municipal de Turismo e a Administração Local do Parque Estadual de Itacolomi. Tentei também estabelecer contato com a administração do Parque junto ao IEF/MG (Instituto Estadual de Florestas), órgão estatal responsável pelo seu gerenciamento. Entretanto, nele fui informado de que minha melhor fonte de

informação estava concentrada na pessoa do administrador local do Parque, com quem eu já havia conversado.

Dois instrumentos metodológicos me foram úteis – e necessários! – no desenvolvimento da pesquisa: a observação e a entrevista. No que diz respeito a essa última, a sua grande vantagem sobre outras técnicas é que, segundo Ludke e André (1986 p.34), “ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada”. Aqui, elas foram utilizadas na sua forma semi-estruturada, desenrolando-se a partir de um esquema básico porém não aplicado rigidamente, o que me permitiu efetuar as necessárias adaptações ao longo do seu desenvolvimento.

Quanto a observação, segundo as mesmas autoras (Ludke e André, 1986 p.59) elas são necessárias para podermos captar “uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas”. De fato, a utilização do recurso da observação foi-me fundamental inclusive por ela ter seu valor potencializado pela sua conjugação com o recurso da entrevista. Selltiz (1971, p.226) coloca esse fato nos seguintes termos: “às vezes um estudo exige que aquilo que as pessoas realmente fazem e dizem seja comparado com a sua descrição do que fizeram e disseram. Evidentemente, em tais casos, é preciso empregar dois métodos de coletas de dados: a observação e entrevista”.

Empreendi minhas observações concentradamente no período de julho a outubro de 1999, demarcada a área da trilha em questão. É importante destacar esse último dado porque, após esse período, por vezes fiz minhas observações no centro da cidade (Ouro Preto), sobretudo com o objetivo de acompanhar a chegada de grupos de turistas e tentar perceber, a partir do comportamento deles,

o papel que a “imagem” do Pico representava no horizonte ouropretano⁹. Cheguei a estabelecer contato com alguns, mas muito pouco consegui extrair-lhes em palavras, dadas as circunstâncias. De qualquer forma, algumas vezes, flagrei expressões verbais e corporais (enfaticamente faciais), que me foram muito ilustrativas; e não foram raros os momentos em que lamentei não dispor de recursos fotográficos que me permitissem tais registros sem constranger seu protagonista. Meu caderno de campo e meu gravador foram companheiros fiéis nesses instantes, muito embora eu tenha encontrado extrema dificuldade na tentativa de colocar em palavras o que os meus olhos viam nos rostos de alguns turistas.

De fato, foi desafiador “ler” tais expressões. Como nos lembra Geertz (1989 p.20) ao discutir as dificuldades da pesquisa em antropologia, “o comportamento humano é visto como uma ação simbólica, (...) uma ação que significa, como a fonação na fala, o pigmento na pintura, a linha na escrita ou a ressonância na música”, de forma tal que um ato só pode ser interpretado em seu contexto, consideradas as suas intenções. Precisamente por isso busquei ser mais criterioso nas elaborações que fiz a partir de algumas observações que não tive como confrontar com o “discurso”.

O período das minhas observações no Pico teve seu término definido pelo início da época de chuvas naquela região, fato que limita consideravelmente o desenvolvimento da trilha em questão. O início das observações foi propositadamente definido para julho, por este ser um mês de férias escolares, o

⁹ É bastante comum os turistas chegarem a Ouro Preto e deixarem seus carros (ou as vans que os transportam) nos arredores da Praça Tiradentes, talvez o principal ponto de referência da lugar. A partir dessa

que, de certa forma, interfere no fluxo de visitação ao Pico. De fato, dos grupos que acompanhei, três eram formados por estudantes (de Ouro Preto e Belo Horizonte) que só podiam estar ali, fazendo aquela atividade, por ser período de férias.

Ao todo, oito grupos foram investigados, dos quais cinco eu acompanhei em todo o trajeto. Os três restantes foram contatados já “lá em cima” aos pés da Pedra do Pico.

O contato com os cinco primeiros grupos se deu da seguinte forma: com quatro deles, me encontrei casualmente na portaria do Parque. Após apresentar-me e expor-lhes meu objetivo, solicitava deles a permissão para acompanhá-los até a pedra, onde, após observar falas e gestos do grupo de maneira geral, eu dava início à realização de minhas entrevistas.

Com um quinto grupo, tive a oportunidade de acompanhar o “planejamento” da atividade desde o momento em que ficou acertada a sua realização. Isso só me foi possível por eu já conhecer um de seus integrantes, que foi quem tomou a iniciativa para que o grupo se organizasse e fizesse a trilha até o Pico. Cabe acrescentar aqui que em momento algum solicitei a esse conhecido que realizasse tal atividade para que eu desenvolvesse minha pesquisa. Na verdade, ele só ficou sabendo da natureza de meu estudo quando o grupo se encontrou momentos antes de iniciar a subida, ocasião em que me identifiquei como pesquisador e solicitei deles a autorização para dar cabo às minhas intenções.

Destes cinco grupo que acompanhei, dois montaram acampamento para passar a noite no Pico. Os outros três subiram e desceram de lá no mesmo dia.

Os três grupos restantes, como já informei, só foram contatados após realizarem a trilha, já na base da pedra do Pico. Após observá-los por algum tempo, eu os abordava identificando-me como pesquisador e solicitando deles uma entrevista para meu trabalho.

De maneira geral, os grupos se mostraram bastante receptivos, havendo aqueles que insistiram inclusive para que eu passasse a noite com eles no acampamento. Apenas um grupo se mostrou, a princípio, resistente com a minha presença, momento no qual a Identidade Estudantil da Unicamp me foi fundamental. O motivo desse fato pode ser facilmente compreendido: os integrantes desse grupo faziam uso de maconha, de forma que ficaram inseguros com a abordagem de um estranho. Mas esse incômodo foi brevemente sanado à medida que a conversação foi se desenvolvendo.

Devo relatar aqui que, no momento da minha apresentação para um grupo, eu me identificava como pesquisador dizendo apenas ser da área de Educação Física e que tratava de temas referentes ao lazer. Evitei informar que meu objeto de estudo eram trilhas ecológicas, temendo que tal adjetivação pudesse induzir falas e ações. Pelo mesmo motivo, evitei a expressão “meio ambiente”, que só era por mim referida quando citada por alguém ao longo de uma entrevista.

Registrei minhas observações através de dois meios: as anotações no caderno de campo e meu depoimento no gravador. Esse último recurso se mostrou bastante prático em algumas ocasiões (me permitia registrar rapidamente

fatos que demandariam um tempo muito maior para serem “inscritos”) embora limitado em outras nas quais, devido à proximidade das pessoas, não havia como gravar minhas conclusões. Nesses momentos, o caderno de campo foi essencial para que eu não deixasse escapar nenhum fato percebido.

Para as entrevistas, também utilizei os dois meios. Sempre com a autorização da pessoa entrevistada, gravava seus depoimentos e utilizava o caderno de campo para anotar pontos da sua fala que seriam, a seguir, geradores de novas questões. Assim, apesar de um roteiro básico de três perguntas, houve entrevista que se estendeu por mais de cinquenta minutos, não obstante minha preocupação de não ocupar exageradamente o tempo das pessoas as quais estavam ali por uma opção de lazer mas se dispuseram a colaborar comigo em meu trabalho.

Todas as entrevistas realizadas com os “trilheiros” ocorreram na base da Pedra do Pico, após completada a subida. Apenas uma vez realizei a entrevista com duas pessoas ao mesmo tempo, mas insatisfeito com o resultado (havia interferência da resposta de um na resposta do outro) não repeti o procedimento.

No que se refere a identificação dos entrevistados, limitei-me a registrar o primeiro nome (ou apelido), a origem (procedência) e idade. Em alguns casos, a profissão aparecia como dado relevante no depoimento da pessoa, mas na maior parte das vezes isso não aconteceu.

Para transcrição das entrevistas, instituí um procedimento que tentou preservar tanto quanto possível, todos os detalhes da fala, com suas pausas e suas entonações. Tenho claro que a linguagem escrita, com toda sua formalidade, não dá conta de representar satisfatoriamente a riqueza contida nas complexas

formas de manifestação da linguagem humana, mas busquei ser fiel ao máximo no momento dessa transposição.

Ao analisar o dito, não deixei de considerar também o “não-dito”. Nessa perspectiva, o silêncio se mostrou muitas vezes revelador, expondo tanto dúvidas quanto certezas. Por isso, não o deixei esquecido; fiz questão de registrar sua ocorrência e o significado que podia ser a ele atribuído dependendo da situação.

As entrevistas com os guias de turismo e com os representantes institucionais de Ouro Preto foram realizadas com uma dinâmica bastante diferenciada, a começar pela escolha das pessoas entrevistadas, que foi baseada no critério de relevância segundo as intenções da minha pesquisa. Assim, entrevistei três guias de turismo: um que só fazia roteiros históricos; um que além dos roteiros históricos, fazia também roteiros ecológicos; e um que ocupava, na época, a posição de Presidente da Associação Municipal de Guias de Turismo de Ouro Preto. Entrevistei também o Secretário Municipal de Turismo de Ouro Preto e o Diretor Administrativo do Parque Estadual do Itacolomi. O contato inicial para a realização de todas essas entrevistas foi feito por telefone, algumas vezes com o próprio entrevistado (no caso dos guias de turismo), outras vezes com as secretárias que lhes prestavam serviço (no caso dos representantes institucionais), ocasião na qual eu já revelava o objetivo do procedimento e esclarecia que fazia parte da elaboração de um trabalho de pesquisa junto ao mestrado em Educação Física da Unicamp.

Todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização do entrevistado, para o qual eu fazia questão de reforçar, mais uma vez e pessoalmente, antes do início da entrevista, os objetivos da mesma no contexto

do meu estudo. As questões centrais variaram de acordo com a função da pessoa entrevistada, pois disso dependiam as respostas a algumas questões que eu pontualmente perseguia, como exemplifico a seguir. Devo destacar, antes disso, o fato de essas entrevistas terem sido realizadas devido a situações que eu identifiquei nas minhas primeiras observações, pois que elas não eram previstas no plano inicial do meu estudo; foi o confronto com a realidade que evocou a necessidade da sua realização. Assim, por exemplo, ao entrar em contato com os meus sujeitos, percebi que algumas vezes eles diziam não haver realizado aquele tipo de atividade até então (a trilha) porque não sabiam como chegar até o Pico e não conheciam ninguém que os pudesse auxiliar nesse sentido. Comecei a me questionar, por isso, sobre as ações dos guias turísticos e da própria Secretaria Municipal de Turismo: como estas instâncias estariam agindo para promover (ou restringir...) as atividades daquela natureza? Qual a abrangência dessas ações? Essas foram indagações que me levaram a entrevistar representantes dessa duas esferas.

Ainda no âmbito das entrevistas inicialmente não previstas, devo acrescentar que aquela realizada com o diretor do Parque do Itacolomi, engenheiro Dr. Alberto, pareceu-me necessária para confrontar minhas observações quanto à preservação do lugar com a opinião da autoridade responsável pela administração daquele patrimônio, um engenheiro florestal especialista na área. De fato, tal entrevista me foi de grande valia não apenas nesse sentido, mas me possibilitou conhecer também as intenções da direção do Parque com relação à sua utilização turística e educacional, o que me acrescentou ainda mais elementos de análise.

De forma geral, algumas questões balizaram meu caminho, oferecendo-me o norte necessário para que eu não me perdesse no universo de fatos e informações com o qual acabei me deparando. Assim, busquei resposta às seguintes perguntas: como a atividade de “trilha ecológica” se situa no contexto da cidade de Ouro Preto? Como se dão as dinâmicas de ocupação e de deslocamento na área do Pico do Itacolomi? Quais as representações de corpo e de meio ambiente são construídas a partir dessas práticas? É buscando responder a tais questões que apresento a seguir minhas elaborações.

Capítulo II

Um olhar sobre a paisagem

2.1 De longe, o Pico: imagem, atração e contradição

“Uma viagem no tempo.

Em qualquer época do ano, Ouro Preto reserva grandes emoções e inúmeros atrativos para você.

Possui o maior acervo homogêneo da arquitetura barroca do mundo e preserva em suas ruas a personalidade urbana do século do ouro.

Ouro Preto: cidade patrimônio cultural da humanidade.”¹⁰

Distante cerca de 100 km da capital do estado, Ouro Preto seria apenas mais uma cidadezinha interiorana escondida por entre as famosas montanhas de Minas não fosse sua tarimba histórica. De fato, quem a conhece não nega: Ouro Preto é mesmo uma viagem no tempo.

Lembro-me da fala de Rodrigues, motorista de uma excursão recém chegada de São Paulo capital, com quem me encontrei por acaso num restaurante da cidade:

“Nunca imaginei que um lugar assim ainda existisse...”

E não é difícil compreender esse espanto: Ouro Preto é assim mesmo: surpreendente pela “ruptura” temporal que seu espaço representa. Algo como uma fotografia antiga (e bem antiga!), que retrata uma época distante das concepções da arquitetura moderna, sustentadora de planos urbanos

¹⁰ Trecho de um panfleto de divulgação turística da cidade, entregue a mim na Secretaria Municipal de Turismo de Ouro Preto.

tecnologicamente racionais e eficientes. Suas ladeiras íngremes, de ruas estreitas e calçadas quase inexistentes, intensificam ainda mais essa distância no tempo: depõem contra a velocidade voraz demarcadora da atualidade, impingindo à cidade uma certa lentidão nas idas e vindas cotidianas, delineando os contornos de uma dinâmica própria do lugar. Santos (1996 p.45), explicita bem essa determinação quando discute a base material sobre a qual se dá a realização humana: “o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação...”. Talvez daí a tranqüilidade tão característica do dia-a-dia da cidade.

Patrimônio cultural da humanidade, tombada pela Unesco em 1980, Ouro Preto guarda um excepcional conjunto edificado da arquitetura barroca, tendo construções com quase trezentos anos de idade. Aliada a esse fato, há ainda a riqueza da memória do lugar, palco de grandes acontecimentos da História do Brasil, dos quais, se destaca, indiscutivelmente, a Inconfidência Mineira. Não é de se estranhar, pois, que a sua praça principal, referência do lugar, receba o nome do Mártir desse movimento: Tiradentes.

Mas não são só os fatos que engrandecem a história do lugar. Ouro Preto também é muito rica pelo passado da sua arte. Grandes mestres deixaram sua marca pela cidade: são afrescos de igrejas, fachadas de construções... Isso sem falar do que é encontrado nos museus espalhados pela cidade. Obras muitas vezes anônimas, representativas de fatos ou de toda uma época¹¹, e outras que, não bastasse seu primor estético, adquiriram prestígio pelo seu criador. As obras

¹¹ Existe uma escultura que ilustra a expressão Santo do Pau oco. Trata-se da imagem de um santo cujo interior, oco, servia de esconderijo para objetos de valor.

de Aleijadinho, quase uma lenda da história mineira, são as que respondem com mais fidelidade a esse enquadramento.

Tudo isso configura o panorama do lugar: ladeiras, casas, igrejas, museus. História. Assim é Ouro Preto: presente assentado em trezentos anos de passado, orgulho nacional cuja projeção espalha-se pelo mundo e provoca a visita de gente de toda parte.

É nesse cenário que emerge a figura do Pico do Itacolomi, patrimônio natural pertencente à área tombada pelo Estado em 1967. De formas exuberantes e – como não poderia deixar de ser – um passado memorável, constitui um dos cartões postais da cidade, embora, ironicamente, esteja em área do município vizinho, Mariana¹².

Visível de diversos pontos da cidade (inclusive da rodoviária e da Praça Tiradentes¹³) o Pico empresta seu charme a um quadro já grandioso, fundindo seus contornos a telhados e torres de igrejas, compondo uma imagem na qual, sensivelmente, a natureza brinda a edificação humana em seus domínios. Toni, artista plástico de Belo Horizonte, coloca bem isso em suas palavras:

“É uma escultura natural: parece que foi feito à mão e colocado ali, prá gente apreciar...”¹⁴

¹² Conforme já foi dito, o Parque Estadual do Itacolomi integra os municípios de Ouro Preto e Mariana, mas na divisão física dos territórios, a região onde se situa o Pico pertence à área de Mariana.

¹³ Creio que esses locais constituem referências da cidade tanto para o residente quanto para o visitante.

¹⁴ Trecho da fala de Toni, um artista plástico de Belo Horizonte que acompanhei durante a realização da trilha para o Pico. A entrevista foi realizada após seu grupo ter instalado o acampamento numa área próxima ao Pico.

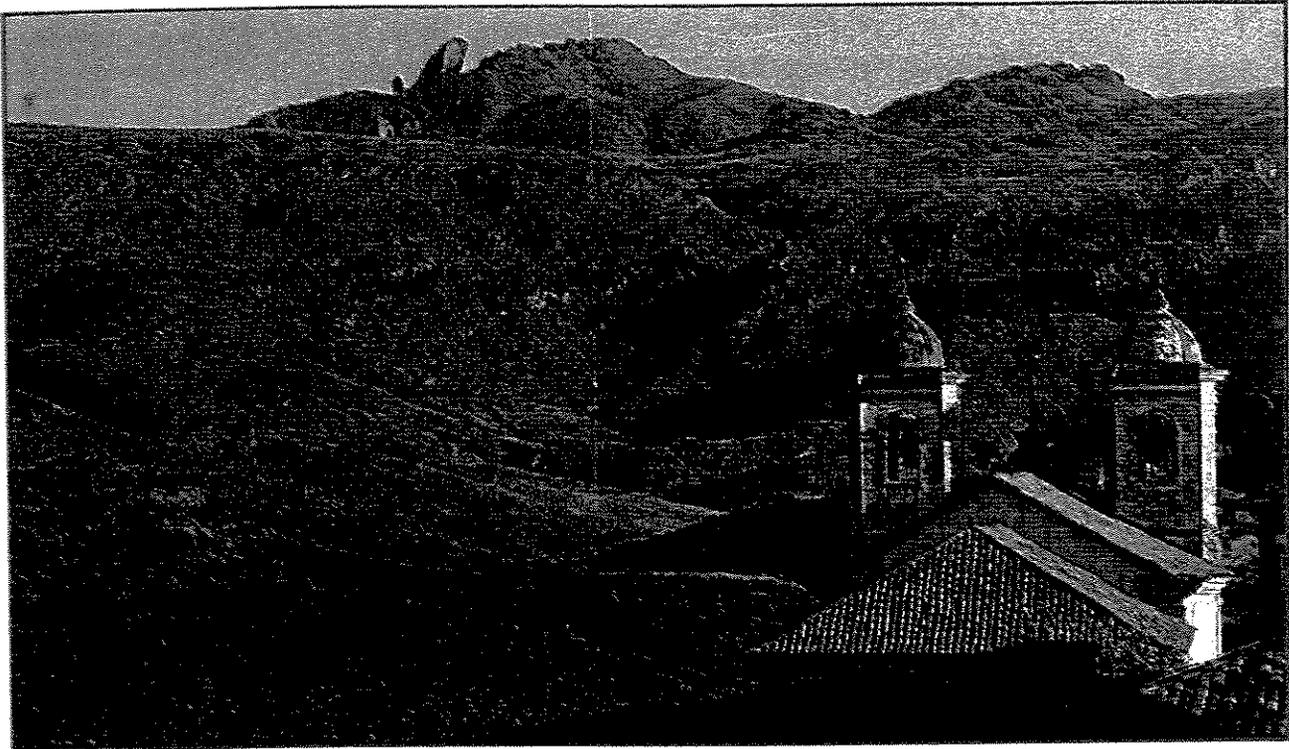


Figura 1 – Vista do Pico do Itacolomi a partir da cidade de Ouro Preto

De fato, é difícil contestar essa afirmação. A imagem do Pico se destaca no horizonte ouropretano, instigando a curiosidade de quem o avista. Tal fato pode ser atribuído à ousadia de suas formas, as quais fogem do estereótipo de montanha e permitem, exatamente por isso, que as mais diversas representações sejam criadas ao seu redor:

“Parece que a pedra ia cair e a história não deixou!...”
(Randolfo, historiador)

“Aquilo é um escarpim enfiado na pedra de cabeça para baixo.”
(Patrícia, professora)

“É a Torre de Pizza ouropretana.”
(Marco Aurélio, estudante)

*“Aquele é o farol de Ouro Preto, o farol das Minas Gerais... Só falta brilhar de noite...”
(Conceição, dona de casa)*

É interessante observar que essas falas¹⁵ são de moradores da cidade, os quais, embora estejam acostumados com a figura do Pico desenhada no horizonte, não deixam de se sentir instigados por ela.

Mesmo o visitante, que tem sua atenção disputada por tantas novidades do lugar, repara na peculiaridade do Pico. Genival, guia de turismo da cidade já mencionado anteriormente, explicita esse fato em suas palavras:

“A pessoa que está chegando à cidade e é observadora, olha lá prá cima, vê o Pico e pergunta: ‘É aquela pedra esquisita?... Que pedra é aquela?’ Aí eu respondo: ‘É o Pico do Itacolomi, referência do ouro desde mil seiscentos e não sei quanto...’.”

Se, através dessas observações, opero essa distinção aqui, é para considerar as diferenças de perspectiva entre o residente e o passante, entre o estrangeiro e o de casa, lembrando Tuan (1980 p.74), quando aponta o fato de o visitante e o nativo focalizarem aspectos bem diferentes do meio ambiente. Nesse sentido, talvez fosse esperado que o morador da cidade não se detivesse mais a observar um aspecto do seu cenário cotidiano, uma imagem comum que lhe acompanha no dia-a-dia e que, exatamente por isso, nas palavras de Tuan (1980 p.75) “tende a desaparecer no subconsciente à medida que ele [o morador] aprende a viver nesse mundo”.

¹⁵ As falas desses quatro sujeitos não foram produto de uma entrevista sistematizada, mas obtidas em conversas informais, que aconteceram espontaneamente, em situações diversas e separadamente. Como na ocasião dessas conversas eu já estava realizando essa pesquisa, resolvi registrar tais depoimentos, pois os julguei ilustrativos de pontos que eu desejava abordar no estudo. Por isso estão aqui agora. Cabe ressaltar que todos são apresentados com o pronto consentimento de seus autores.

No outro extremo dessa relação, “o visitante, freqüentemente, é capaz de perceber méritos e defeitos, em um ambiente, que não são mais visíveis para o residente” (*Ibidem*, p.75). Por isso é possível arriscar que, se por um lado, é previsível que o visitante “repare” na existência e na peculiaridade do Pico, por outro, essa mesma atitude pode ser surpreendente visto que a atenção tende a se difundir em meio a tantas visões novas, a tantas novidades.

De uma forma ou de outra, seja o residente ou seja o visitante, é possível notar que o Pico exerce uma certa atração sobre as pessoas – ele chama a atenção delas! – restando-nos questionar se essa impele ao desejo de ir conhecê-lo de perto. Obviamente, indagar sobre esse ponto é crucial se desejamos compreender a origem do “movimento” que leva as pessoas até o Pico.

Quando observamos esse processo, podemos identificar outros fatores que o influenciam. Assim, o fato de o Pico fazer parte de uma cidade histórica, patrimônio da humanidade, tem as suas conseqüências, pois a atividade ecoturística, que “nortearia” a sua visitaçã, tem que ser situada num contexto onde alguns aspectos tendem a apontar para o estímulo ao turismo histórico.

Nesse ponto, é importante refletir acerca de como se dá a produção do lugar turístico. Silveira (1997 p.36) discute essa questão explicitando a invasão que a publicidade exerce hoje em cada interstício da sociedade e do território, afirmando, a partir das elaborações de Galbraith, que os investimentos na elaboração dos desejos são tão importantes quanto os destinados à produção material dos bens e serviços oferecidos. A autora conclui a sua idéia defendendo que a produção de lugares turísticos é hoje “alicerçada em grande parte, na

elaboração de um discurso, que contribui para uma coisificação e uma fetichização de certos pontos do território”.

Em Ouro Preto, o resultado dessa orientação é patente. O acervo edificado e artístico, patrimônio concreto, e a memória do lugar, patrimônio simbólico, constituem o fundamento de valorização da cidade, balizando a ocorrência de idéias e práticas que traduzem, no plano imediato, a transformação desses patrimônios em bens não materiais. São esses bens que, uma vez mercantilizados, respondem pela imagem representativa da Ouro Preto dos nossos dias.

Basta observarmos a forma como a cidade aparece em qualquer material de propaganda. Utilizando qualquer meio, a imagem é sempre a mesma: casario, telhados, igrejas, museus, obras de arte.

No discurso das pessoas, residentes ou visitantes, a representação segue o mesmo eixo:

“Ouro Preto é linda... Esse cenário, essas igrejas... Em que outro lugar você encontra tudo isso assim, intocado?” (Patrícia, professora)

“Esse lugar cheira a passado. É como se fosse um mar de história e cada construção dessa contribuisse com a sua gota nessa imensidão...” (Randolfo, historiador)

“Prá mim, Ouro Preto é uma exposição. Você anda pela rua contemplando obras de arte. E é mais que isso: você entra na obra, já que a própria rua também faz parte dela.” (Toni, artista plástico)



Figura 2 – Ilustração retirada de um panfleto de divulgação turística de Ouro Preto – março de 2000

Esse conjunto de informações talvez nos explique por que parece ser tão difícil enxergar Ouro Preto de outro ângulo que não aquele direcionado, restritamente, para o patrimônio histórico-cultural da cidade.

Santos (1996 p.204), ao falar da concorrência de tecnosfera e psicofera para a constituição do lugar, nos fornece elementos para buscarmos a compreensão desse processo. O autor refere-se à tecnosfera como sendo a base material do espaço, construída, nos nossos dias, através da agência da técnica e da ciência sobre o meio natural ou sobre o meio técnico precedente. Por sua vez, a psicofera comporia a faceta imaterial desse meio, correspondendo ao reino das idéias, crenças e paixões, lugar onde são constituídos os sentidos e os significados. Segundo o autor, paralelamente à instalação de um tecnosfera,

ocorre o desenvolvimento de uma psicofera, a qual igualmente integra o meio ambiente, esse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade e estimulando o imaginário. Eis aqui a relevância desses conceitos para o nosso trabalho: é a psicofera que confere sentido à tecnosfera, atribuindo-lhe identidade e significação na dinâmica do espaço. Embora possa ser argumentado que o meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo técnico-informacional, tem a capacidade de condicionar (e não apenas influenciar) os comportamentos humanos, corroborar ou não aqui esse fato parece-me menos importante do que buscar perceber os seus resíduos, dentre os quais a relativa autonomia de que goza a psicofera na constituição de percepções e pensamentos. Assim, julgo ser importante considerar esse “lugar dos sentidos e dos significados” como uma modulação ativa, dotada de uma dinâmica que, embora não seja independente, lhe é própria, não necessariamente submissa a uma ação supostamente determinante do meio técnico-informacional.

Aplicando essa discussão no corpo do presente estudo, cabe-me aqui indagar qual quadro retrataria com mais fidelidade a psicofera do espaço ouropretano. Creio que as falas e ilustrações apontadas anteriormente fornecem elementos para responder a essa questão: Ouro Preto é “uma viagem no tempo” e seu patrimônio histórico-cultural (destacadamente o edificado) constitui o único meio de transporte capaz de fazer-nos chegar ao destino dessa viagem... Dito de forma diferente, as outras possibilidades espaciais da cidade, embora já constituintes de uma tecnosfera, ainda não foram incorporadas à psicofera do lugar.

Diante desse panorama, como fica o patrimônio natural do lugar? Quais possibilidades restam – no espaço e no tempo – para que ele seja de fato “conhecido”, “incorporado”? Até que ponto o *foco psicoférico*, centrado no patrimônio histórico-cultural, interfere (se é que interfere) na projeção daquele outro patrimônio, “verde”, cujo ícone de maior visibilidade é o Pico?

Podemos buscar respostas (ou pelo menos indícios delas) em algumas instâncias da “política” ouropretana. O Secretário de Turismo de Ouro Preto, Dr. Robinson Aquino, reconhece o potencial “ecológico” da região e defende que o mérito histórico-cultural da cidade só tem a contribuir para a “exploração” do patrimônio verde do local:

“Ouro Preto tem uma moldura natural muito rica, muito bonita. O setor ainda não é organizado, mas temos trabalhado no sentido de buscar apoio e de incentivar todo esse trabalho. Nós temos, especificamente na área do Itacolomi, já dentro de um processo que começou em 92 e do qual nós fizemos parte juntamente com o IEF, a intenção de viabilizar a utilização de toda a área do parque de uma maneira organizada. Mas infelizmente isso não foi em frente...”

“Não acho que o turismo histórico encubra o turismo ecológico da região, não vejo problema Pelo contrário. Está certo que o grande patrimônio de Ouro Preto é o edificado, pelo conjunto que manteve ao longo do tempo. Então Ouro Preto é conhecida no mundo e reconhecida pela Unesco como Patrimônio da humanidade devido ao seu acervo edificado. Isso, na verdade, empresta uma importância muito grande a todas as atividades que são, desenvolvidas na cidade. Então o que falta – e mesmo na área do turismo cultural – é um trabalho mais ousado e que ofereça serviços de qualidade e de uma forma organizada. Ou seja, que você esteja oferecendo todo seu potencial de uma maneira que ele possa ser utilizado – evidentemente com todos os cuidados no sentido de manter, de cuidar, de preservar. E qualquer coisa que você ofereça aqui já carrega um valor agregado muito grande, justamente pela marca já conhecida da cidade de Ouro Preto.

Então, nessa relação, eu vejo na verdade um grande trunfo: todo o patrimônio de Ouro Preto sendo trabalhado. Eu acho que eles se complementam, eu acho que eles se valorizam ...”

A fala do Sr. Robinson mostra uma perspectiva interessante para pensarmos como o aspecto histórico e o aspecto ecológico poderiam interagir na dinâmica turística ouropretana. E observe-se que ao falar de dinâmica turística, estou buscando aqui evidenciar a influência que essa dinâmica tem sobre a constituição das mentalidades dos residentes, visto que Ouro Preto, como já expus antes, tem uma imagem formada em grande parte pelo papel turístico que representa.

Não estou defendendo que o Parque e o Pico do Itacolomi tenham que virar produto turístico para só depois passarem a ser valorizados em Ouro Preto. Não se trata de hierarquizar esse processo, mas sim de reconhecer a importância que a dinâmica turística tem no estabelecimento do valor (não de mercado!) de um dado componente do acervo ouropretano.

Essa reflexão me remete às elaborações de Silveira (1997 p.37), a qual, a partir do conceito de psicofera de Milton Santos, discorre sobre a importância do fator simbólico no reconhecimento de certos dados da paisagem do lugar. Atendo-se aos recursos naturais, a autora fala de "dados psiconaturais" da aptidão paisagística, e esclarece querer significar por dados psiconaturais "os processos de apropriação dos elementos ditos naturais, porque se esses dados não tem artifício na sua constituição material, eles o têm na sua constituição simbólica e social". Talvez essas considerações forneçam indícios para a compreensão do fato de Ouro Preto ter um acervo natural tão rico e, contraditoriamente, tão

"ignorado": ele (o acervo) ainda se resume a um dado material, não foi apropriado simbolicamente, ainda não se transformou num elemento psiconatural. O contrário pode ser dito (e constatado!) acerca do acervo histórico do lugar, afinal, "Ouro Preto é uma viagem no tempo". E é como "viagem no tempo" que a cidade é percebida pelas pessoas.

Ao contrário da percepção explicitada pelo Sr. Robinson, outras instâncias do lugar apresentam uma visão diferente acerca das relações entre patrimônio histórico e patrimônio natural na cidade de Ouro Preto. Sr. Nelson, por exemplo, presidente da Associação de Guias de Turismo da cidade, coloca da seguinte forma suas impressões:

"As pessoas aqui só estão voltadas pro turismo histórico ... Quando você fala de conhecer o Pico, ninguém tem tempo. Tem muita coisa pra ver aqui em baixo já ..."

"Eu acho que aqui só tem a parte histórica porque infelizmente nós não tivemos nenhum trabalho feito para chamar a atenção de tudo que a gente tem. Então você ouve falar ou quando você vê na televisão ... Na televisão, por exemplo, você vê: só mostra as igrejas, o casario ... Então se fizesse um trabalho casado entre a parte cultural e a parte natural, o que nós temos em termos de ecologia, então isso ajudaria muito, porque nós poderíamos valorizar a parte cultural, histórica, e também a parte natural, ecológica ..."

"Mas não existe nenhum projeto pra desenvolver essa área não ("ecológica"). No nosso caso, por exemplo, dos guias, a gente pode oferecer muito pouco além da nossa boa vontade..."

"Então o que nós precisamos é que toda população de Ouro Preto pense assim, dessa maneira. Porque o ouropretano não tem consciência do valor de tudo isso daqui, ele não valoriza."

Notemos que para o Sr. Nelson, as questões referentes ao potencial ecológico da região carecem de muita atenção, não apenas por parte do poder

público mas também por parte da própria população ouropretana. Notemos ainda que, do seu ponto de vista, as atividades voltadas para o patrimônio histórico cultural, interferem na valorização (ou na sua ausência) que as áreas naturais têm para o residente e para o visitante da cidade. As possíveis causas dessa atitude também são apontadas na sua fala: a inexistência (ou a inoperância) de ações que, de fato, despertem o interesse para a apreciação e o desenvolvimento desse campo, não apenas com objetivos turísticos, mas como um incentivo a mais para a valorização do lugar.

As afirmações do Sr. Nelson encontram ressonância nas palavras de outra personagem importante desse panorama. Trata-se do engenheiro Dr. Alberto, diretor administrativo do Parque Estadual do Itaconomi. Vejamos o que ele diz:

"O que eu vejo é um grande potencial dessa região na área do turismo ligado ao meio ambiente, à natureza, por causa da qualidade cênica do lugar e por causa da qualidade da água e do relevo, que associados também dão uma série de cachoeiras e de poços. O potencial é muito grande para o desenvolvimento desse tipo de atividade."

"O espaço aqui está voltado só para o acervo histórico-cultural. As operadoras de turismo aqui só fazem isso. Agora é que algumas pessoas estão se voltando para o turismo ligado ao meio ambiente. E a maioria delas é de BH..."

Novamente, a contradição: de um lado, as potencialidades do lugar, cujas falas ilustrativas poderiam se estender por diversas páginas; de outro, o cerceamento simbólico do seu desenvolvimento, na prática traduzida na carência de iniciativas capazes de ampliar a visão valorativa das pessoas e das instâncias de forma a abranger outros aspectos que extrapolem as barreiras delineadas, de forma geral, pela política turística do lugar.

Malgrado essas "orientações" dadas pela dinâmica da cidade, algumas vezes ocorre a inversão da lógica turística do lugar: as pessoas, a partir de suas preferências particulares, procuram inicialmente o Pico do Itacolomi e aproveitam então para visitar a cidade de Ouro Preto. Genival, guia de turismo, expõe esse fato:

"É o que eu falei pra você: cada pessoa tem interesse numa área, então tem aquelas pessoas que têm interesse na área histórica, na parte histórica, e tem pessoas que tem interesse na parte ecológica. Então essas pessoas que têm interesse na área ecológica, como já é uma região conhecida que é o Itacolomi, muitas vezes eles vêm a Ouro Preto somente para visitar o Itacolomi."

É claro que esse fato é raro. E muitas vezes, ele só acontece porque a pessoa já esteve em Ouro Preto anteriormente e, não tendo então tempo para "conhecer" o Itacolomi, retorna à cidade depois para empreender essa intenção. Seja de que forma for, é um dado significativo, pois amplia o espaço para uma indagação: se mesmo ausente do cenário simbólico da cidade (embora presente e exercendo atração em seu cenário concreto!) o Pico consegue "angariar" atenção e visitas, o que aconteceria se ele fosse integrado ao "reino das idéias, crenças e paixões" da cidade? Dito de outra forma, o que aconteceria se ele fosse apropriado pela psicofera do lugar?

Não se trata de defender, ingenuamente, que o seu fluxo de visitação devesse ser exponencialmente aumentado, até porque isso traria conseqüências graves à preservação da área. Contudo, sob o prisma do meio ambiente, a sua incorporação à psicofera ouropretana talvez pudesse propiciar maior atenção

para as demandas ambientais presentes na própria cidade, expondo questões que, embora cotidianas e vivenciadas no âmbito daquele espaço urbano, não raro passam despercebidas por estarem diluídas entre outros aspectos da dinâmica do lugar. Fato ilustrativo disso é o constante acúmulo de lixo nas vias da cidade, aparentemente já tido como “normal” e ocasionado tanto pela ação do turista quanto pela ação do próprio morador de Ouro Preto. Em áreas naturais, esse tipo de atitude acarreta conseqüências mais visíveis, abrindo espaço para a reflexão acerca de comportamentos dessa natureza.

Ao tratar da projeção do Itacolomi nesse cenário, não posso deixar de reiterar aqui, mais uma vez, que se faço tantas considerações a partir do panorama turístico de Ouro Preto é porque as representações que o constituem respondem pela imagem que os próprios ouropretanos têm da cidade, como já busquei expor anteriormente.

E me mantendo fiel a esse preceito, talvez uma "viagem no tempo" fosse a melhor maneira de promover a inserção do Pico do Itacolomi nos 300 anos da história ouropretana...

2.2 A marca do tempo: memória e história

"Vieram. Chegaram até aqui, às apalpadelas, já que o Itacolomi não se lhes mostrava. Ao chegarem às encostas do morro - hoje, o da queimada - acamparam à tardinha. Era o dia 23 de junho de 1968. passaram a noite ali. Por certo, fogos acesos no acampamento serviram de testemunhas mudas às esperanças dos descobridores. Noite fria. Tempo de inverno castigante. Ao amanhecer do dia seguinte, tudo nublado. Nem uma nesga se lhes mostrara. Tudo branco. A abóbada celeste, qual noiva, fazia descer, como véu, até por sobre as montanhas, a longa e espessa bruma, impenetrável, imperscrutável. Corre o tempo. Mais tarde, manhã ainda, tem o céu pena dos viajores. Manda-lhes como presente régio e divino, se possa descortinar o flanco azul das encostas do sul. Rasgara-se o véu que cobria aquela parte e, maravilhoso e altaneiro se lhes aparece o Itacolomi, soberbo, admirável. Um grito se lhes escapa do peito. À frente, majestoso, está o marco que eles, ansiosamente, procuravam na estafante jornada. (...) Estava descoberto o Itacolomi, ou melhor, redescoberto. O Pico, para eles, era o ancoradouro da nave batida pelas ondas do mar revolto. Descoberto o Itacolomi, fundaram o arraial. Vinte e quatro de junho de 1698. Expirava o século. Últimos anseios de uma patrulha avançada. O nome da terra recém-fundada: Arraial das Minas Gerais do Ouro Preto." (Santos Maia, s.d. p.6)

O texto pode parecer demasiado longo, mas reconheço nele um franco potencial para cumprir a missão que lhe atribuí: induzir-nos ao passado e fazer-nos perceber o espírito que encarna os 300 anos de história do Itacolomi em Ouro Preto. Porque falar da história de Ouro Preto necessariamente nos remete ao Itacolomi. Afinal, foi aos seus pés que a "história" começou.

A cidade de Ouro Preto se fez em torno do ouro, que foi descoberto na região por mera obra do acaso. Contam os historiadores que, à busca de índios para captura e comercialização, uma entrada de paulistas vindos de Taubaté se enfurnou pelas terras de Cataguás (hoje Minas Gerais). Um deles, mulato, tendo sede, foi buscar por água e, chegando às margens do Tripuí, mergulhou nele sua

gamela ao que logo notou que, além da água turva e escura (daí o nome "Tripuí"), havia nela depositados granitos cor de aço, parecidos com ferro. Como o mutato já havia estado nas minas de Paranaguá e Coritiba, embora não reconhecesse a natureza (e o valor) daquele material, guardou-o até que retornasse a Taubaté. De lá, os granitos foram mandados ao Rio de Janeiro, para que o então governador, Artur de Sá, os mandasse examinar. Empreendido o exame descobriu-se tratar de ouro da mais alta qualidade. Começava, então, a história de Ouro Preto e com ela, a própria história das "Minas Gerais".

Exposto isso, se o Pico do Itacolomi parece não ter sido decisivo para que o ouro fosse descoberto, ele o foi para que aquele metal tão cobiçado pudesse ser explorado.

Um dos primeiros desbravadores que se aventuraram pelas terras promissoras tão logo ocorreu a notícia da descoberta de ouro foi Miguel de Souza. Após meses de longa jornada, finalmente alcançou o Tripuí e, cateando em suas águas, recolheu muitos granitos de ouro. Cumprida sua missão de localizar a "mina", era hora de retornar à origem para se equipar e convocar homens para dar início à exploração.

Para guardar bem na memória onde ficava o Tripuí, Miguel de Souza marcou como referência uma montanha que havia perto e que era arrematada por um pico que se perdia nas nuvens. Era o Pico do Itacolomi. "Esse pico tinha de ser, como foi, o 'farol dos Bandeirantes' que, depois de Miguel de Souza, vieram demandar as minas daquele lugar" (Goez, 1959 p,35).

É nessa relevância histórica que assenta a fala de Flávio, 35 anos, um dos poucos guias de Ouro Preto que atuam também na área de turismo ecológico:

"Olha, o Pico pra mim ... Ele representa muito, não só pra mim mas pra todo mundo que mora aqui. Ele é um marco, uma referência. Se você olhar pelo lado da história, para o surgimento da cidade, se de repente não tivesse o Pico como marco, não teria tudo isso aqui. Ouro Preto, assim, do jeito que ela é com os seus 300 anos, não existiria ..."

De certa forma, é possível ir até mais longe: o "sertão de Cataguás" só passou a ser chamado de Minas Gerais depois do ouro ser descoberto na região, "ouro escurecido, paladiado, composto com óxido de ferro" (informa Genival, o outro guia que entrevistei), de onde veio o nome "Ouro Preto". Tal descoberta foi decisiva para que aqueles campos fossem desbravados. "As bandeiras que deram origem à denominada Villa Rica e descobriram a região onde hoje se situa o Parque Estadual do Itacolomi representam o marco inicial da história de Minas Gerais" (Relatório Terra, p.11).

O texto de Santos Maia, que introduz o item histórico desse capítulo, retrata bem como a visão do Pico foi almejada por aqueles que pretendiam encontrar o tesouro perdido entre as montanhas cataguases. Sua forma peculiar caracterizava-o com propriedade e foi fundamental para que ele não fosse confundido com outros contornos. Contudo, o Pico só se mostra na ousadia de suas formas a partir de certos ângulos. De outras perspectivas, seus recortes se banalizam, tornando-o igual a outras elevações. Esse fato teve uma grande relevância histórica. Nas palavras de Vasconcelos (1904, citado no Relatório Terra):

"... por vezes os bandeirantes tentaram o impossível, vindo da Itaberava e querendo ver o Itacolomi, de onde não se figura: pois a Pedra só do recinto do Tripuhy deixa-se retratar. De outro qualquer lado, por menos que se afaste o viajante, o grupo confundi-se de todo e perde a forma nos recortes da montanha ..."
(p.14)

Isso talvez justifique um certo "ar enigmático" atribuído ao Pico, presente na fala de um dos trilheiros que encontrei "lá em cima": Alessandro, um adolescente de Mariana, cidade vizinha a Ouro Preto e de onde se avista só o conjunto rochoso do Itacolomi, sem que seja possível identificar os contornos peculiares do Pico.

"Quando a gente olha de lá (Mariana), a gente não vê nada disso ... Mas dali (Ouro Preto)... Dali sim. [Silêncio] Cara, é engraçado como ele muda ... Assim: você vai andando assim e ele vai te olhando com uma cara nova, um ar enigmático... Cara, é demais! Você só descobre como ele é quando você chega aqui..."

Se hoje, com caminhos traçados, esse "mascaramento" do Pico sugere descoberta e divertimento, nos últimos anos do século XVII, ele representou desencanto e desespero. Muitas bandeiras lançaram-se, naquele tempo, ao campo dos Cataguases sem êxito na busca do metal precioso. "Só no dia 24 de junho de 1698 é que o bandeirante Antônio Dias acertou de encontrar o Tripuí! Quando seus olhos avistaram o Itacolomi, ficou deslumbrado - estava descoberto o tesouro!" (Góez, 1959 p.36). Estabelecia-se aí, o marco da fundação de Ouro Preto, do surgimento das Minas Gerais e da inauguração de um novo momento da História do Brasil.

Chegado a esse ponto, provoco-me na tentativa de compreender por que o Pico do Itacolomi, com tamanha referência histórica, é esquecido por aqueles

que se propõem a fazer de Ouro Preto uma viagem no tempo... Alguns indícios dessa resposta foram apontados nas linhas escritas até aqui. Outros, tentarei buscá-los nas páginas que se seguem.

Capítulo III

A paisagem visitada

3.1 De perto, o Itacolomi: espaço, visitação e sensação.

“Eu, a primeira vez que eu vim aqui no Pico, subi, né, fui até o fim da pedra, eu até chorei porque meu sonho era ir no Pico. Daqui, cara, quando você vê tudo isso ... Esse negócio grandioso. Na sua frente, né, esse mundão todo em torno de você ... Não tem o que falar, cara. Tem que sentir...” [Longo silêncio].¹⁶ (Bruno, estudante, Ouro Preto)

E pudera eu retratar agora, com fidelidade, a expressão desse garoto enquanto me dizia essas palavras: corpo calado, olhar fixo, disperso no horizonte. Sua presença silenciosa parecia falar mais do que lhe seria possível dizer (e uma lágrima astuta lhe serviu de ponto final nessa longa frase...).

A exemplo do que fiz no capítulo anterior ao falar da história e da memória do Pico, aqui também introduzo o texto como ora exposto com um objetivo bem delineado: provocar a imersão no universo das sensações que justificam pensamentos, falas e ações daqueles que se “aventuram” pelos arredores do marco fundamental dos campos dos Cataguases.

O Parque Estadual do Itacolomi¹⁷, no interior do qual está situado o Pico de mesmo nome, é um local exuberante, rico em recursos hídricos e geológicos, e

¹⁶ Trecho da fala de Bruno, um adolescente que entrevistei aos pés do Pico. Ele estava lá acompanhado de um grupo de escoteiros, com pessoas de Belo Horizonte e Ouro Preto as quais haviam subido para passar a noite na pedra. Ouropretano, ele já havia participado daquele tipo de atividade diversas outras vezes e parecia manter com o Pico uma relação bastante especial.

¹⁷ As informações sobre o parque foram extraídas de um documento fornecido pelo IEF/MG.

em sua flora e fauna. Foi fundado em 1967, com uma delimitação de 7.000 hectares de área e abrange os municípios de Ouro Preto e Mariana, a pouco mais de 100 km de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

Sua cobertura vegetal é bastante diversificada, com matas tipo montana e predominância de quaresmeiras e matas de candeias ao longo dos cursos d'água. Campos de altitude com afloramentos rochosos aparecem nas partes mais elevadas das montanhas, área em que se destacam as gramíneas e cibráceas, sendo freqüentes as canelas-de-ema.

O Parque é o habitat natural de espécies raras e ameaçadas de extinção, como a ave povó, o lobo guará, a onça parda e o andorinhão de coleira. Além desses animais, há ainda capivaras, pacas, tatus, micos, macacos e gatos mouriscos, todos vivendo no seio da mata, raramente sendo vistos pelos visitantes. Mais de duzentas espécies de aves já foram identificadas na área, dentre elas jacus, seriemas e uma infinidade de beija-flores.

Quanto aos recursos hídricos, o parque abriga inúmeras nascentes. Os principais cursos d'água fazem parte do rio Gualoko do Sul, afluente do Rio Doce. Dentre eles, os de maior destaque são os córregos do Manso, dos Prazeres, Domingas e do Benedito, o Rio Acima e o Ribeirão Belchior. Existem diversos trechos que são ainda pouco conhecidos ao longo dos rios, muitas vezes formando paisagens fascinantes que servem de refúgio para diversos animais.

Marca registrada do Parque, o Pico do Itacolomi, com seus 1772 m de altitude domina toda região. Seu nome vem da língua Tupi: Ita, pedra; Colomi, filho. Filho da pedra, ou pedra com filho. Essa última associação parece ser a mais

provável, visto que, ao longe, o conjunto do Pico apresenta duas formações rochosas de destaque: uma grande (o pai) e uma pequena (o filho).

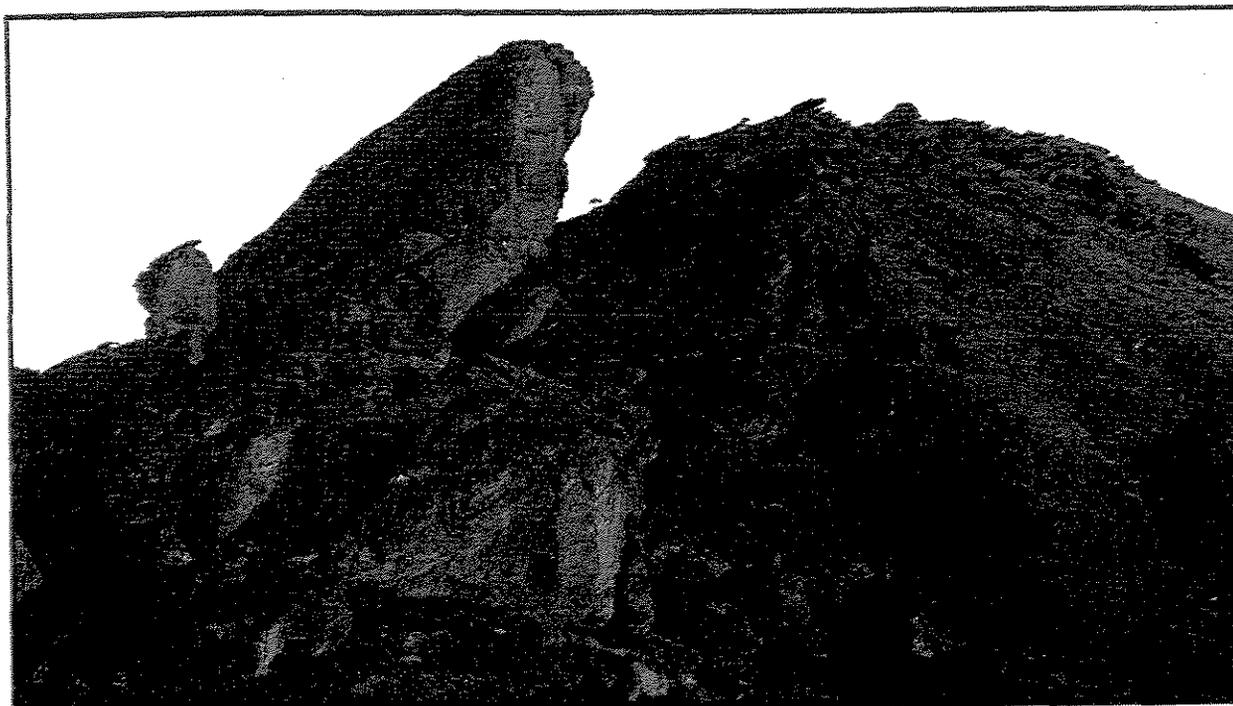


Figura 3 – O Pico do Itacolomi visto de perto

Embora o Parque Estadual, como um todo, constitua uma área riquíssima¹⁸, o Pico do Itacolomi é o grande responsável pelo movimento de visitação do lugar. É para conhecê-lo, vê-lo de perto, tocá-lo que as pessoas se deslocam até lá.

“Ih ... Eu nem sabia que tinha isso daqui tudo. É que da minha cidade [Piranga] tem uma montanha de onde você vê o Pico, e eu cresci querendo vir até aqui só pra conhecer ele de perto ...” (Cláudio, pedreiro de Piranga¹⁹).

¹⁸ Falarei mais sobre o Parque do Itacolomi ao discutir a trilha para o Pico, no capítulo seguinte.

É essa a atração da qual falei no capítulo anterior. Pedindo emprestada a idéia de Maffesoli (1996 p.150), para quem a função erótica, em sua concepção mais radical tem o sentido daquilo que leva a agregação, podemos pensar aqui na ocorrência de uma sedução erótica provocada pelo Pico, pela sua imagem, a qual seria a mola mestra do movimento que leva as pessoas até o Itacolomi.

Esse “impulso atrativo” seria originado, de certa maneira, pelo sentimento de curiosidade que a forma do Pico suscita para quem o avista, justamente pela sua indefinição. Serginho atesta isso nas seguintes palavras:

“De longe, a gente fica imaginando como será que é a Pedra... Aí tem aquela menor, e a gente fica pensando: será que é junto? Será que ela é outra pedra? E não adianta ninguém te falar: você tem que vir ver, você tem que ver aqui...”

A mesma perspectiva estética que permite reconhecer a erótica dos corpos enquanto promotora de união, também pode ser empregada para a compreensão desse fato. Para Maffesoli (1996 p. 151), “o fenômeno estético enraíza-se profundamente no imaginário de nossa existência coletiva em duas direções principais: de um lado, a força da forma extrai-se da indeterminação, do indiferenciado; de outro, a forma é uma força relacional, exatamente dando a sua qualidade material, ou seja, porque ela tem necessidade de exprimir-se no espaço”.

Assim, enquanto forma de força relacional, a força da forma do Pico se situa na sua diferença, paradoxalmente tradutora de indiferença, porque não conhecida, não identificada.

¹⁹ Piranga é uma cidade vizinha a Ouro Preto. A entrevista com Cláudio aconteceu na base do Pico, onde o

Como afirmei anteriormente, pode ser esse o fato que desperta a curiosidade das pessoas, provocando o seu movimento até o Itacolomi.

Antes de seguir adiante, creio caber aqui duas observações. Para a primeira delas, peço emprestado a Santos (1996 p.83) suas elaborações sobre “paisagem” e “espaço” para aqui aplicá-las. Nessa perspectiva, se nas reflexões anteriores, o Pico era considerado apenas paisagem, entendida como “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”, a partir do momento em que nos aproximamos dele, torna-se necessário resignificá-lo como espaço, o qual englobaria essas formas da paisagem mais a vida que as anima. Menos importante do que atribuir a cada enquadramento este ou aquele conceito, é aqui utilizá-los para compreender a expansão do sentido que um mesmo ponto apresenta à medida que nos aproximamos dele e identificamos as ações tradutoras de sua dinâmica (e, portanto, fundamentais na sua constituição). A paisagem, transtemporal, é relativamente imutável e, por isso, é apenas nos aproximando dela e “transformando-a” em espaço que podemos dotá-la de maleabilidade, torná-la plástica, flexível, conferindo-lhe, portanto, a potência da transformação. Eis aí a importância de evidenciarmos esse deslocamento. Nas palavras de Santos (1996 p. 83):

“A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objeto, providas de um conteúdo técnico

específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.”

A segunda observação que aqui convém fazer aproxima-se da anterior, estabelecendo mais uma relação com o meio. Trata-se da perspectiva de Tuan (1983 p.6), segundo a qual, através da experiência do espaço, ele pode ser transformado em “lugar”, conforme lhe for sendo atribuído valor:

“Na experiência, o significado de espaço freqüentemente se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato que ‘lugar’. O que começa como um espaço transforma-se em lugar à medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.”

Para a nossa análise, importa realocar esse conceito tratando de buscar compreender de que forma o Pico (e a sua trilha) são vivenciados como “lugar”, ou seja, como são dotados de valor por aqueles que integram esse espaço.

Tangenciando esse aspecto, talvez seja interessante pontuar a relação de proximidade e/ou intimidade que a forma como as pessoas se referem ao Pico pode sugerir. Embora eu tenha exposto uma relação “próximo-distante” no sumário do trabalho (“De longe, o Pico”; “de perto, o Itacolomi”), devo assinalar que ela é representativa apenas do distanciamento físico com o Pico. Na perspectiva simbólica, considerando os graus de proximidade afetiva ou de interação, o que se observa é justamente o contrário: as pessoas da cidade de Ouro Preto ou de seus arredores, que convivem cotidianamente com a imagem (e

a idéial) do Pico, não o chamam pelo nome; tratam-no simplesmente por “Pico”. Ao contrário, os passantes (para usar a expressão de Tuan), mesmo aqueles que com frequência visitam Ouro Preto, referem-se a ele como Itacolomi, sugerindo, se não um distanciamento, pelo menos uma falta de intimidade. Retomando a discussão anterior de Tuan , embora ela se refira à vivência concreta do espaço, talvez aqui fosse possível falar de uma aproximação simbólica com ele, esboçando um parâmetro interessante para considerar as possibilidades de incorporação do Pico como um “lugar”.

Passando a considerar a dinâmica de visitação ao Parque, foi possível constatar que, independente da origem das pessoas, as formas de organiza o empregadas pelos grupos são variadas, embora seja sempre possível identificar um ponto em comum em torno do qual seus componentes se aglutinavam mesmo antes de acontecer a visita. Esse referencial parece assumir importância no desenho das intera o es e dos comportamentos que podem ser observados nas dinâmicas de ocupa o do espaço.

Assim, dos oito grupos investigados, tr s eram formados por pessoas de Ouro Preto, que se conheciam de outras instâncias: um formado por vizinhos, residentes do mesmo bairro; um segundo formado por alunos de uma escola de teatro e o último, por alunos da Universidade Federal de Ouro Preto. Outros quatro grupos eram constituído por pessoas de outras cidades: Belo Horizonte (uma dupla de rapazes que trabalhavam juntos e um grupo de alunos do Colégio Pitágoras), Mariana (um casal de namorados) e Piranga (trabalhadores da constru o civil). O oitavo grupo era constituído por pessoas de Ouro Preto e de Belo Horizonte, tendo em comum o fato de integrarem o Movimento Escoteiro.

Uma primeira constatação que me é possível estabelecer aqui diz respeito à própria constituição desses grupos. Para me acompanhar nessa discussão, recorro à Maffesoli (1998) o qual, considerando a “socialidade” que orienta as relações entre as pessoas de forma geral nos nossos dias, identifica o que ele chama de “neotribalismo”. Ao contrário da estabilidade induzida pelo tribalismo clássico, cujas bases racionais operam a agregação do indivíduo “a um bando, a uma família, a uma comunidade”, o neotribalismo é manifesto através de condensações instantâneas, sendo caracterizado pela fluidez, pelos ajustamentos pontuais e pela dispersão (p. 107).

A prática de atividades (ditas) ecológicas representa um espaço fértil para esse tipo de ocorrência, pois sugere um compartilhar de emoções em torno de um objeto fluido (a natureza), fazendo florescer uma “ambiência comunitária” na qual o grupo que vive a experiência pode mergulhar. É essa aura que caracteriza o “paradigma estético” de Maffesoli (1998 p.15), relacionado ao vivenciar ou sentir em comum.

Quando observamos a formação dos grupos pesquisados, é justamente isso que vamos encontrar: uma devoção momentânea a uma experiência presente, a qual pode ser compartilhada, vivida e sentida conjuntamente. Essa pulsão por estar-junto, imerso num sentimento vivido em comum, pode ser identificada em algumas das falas dos entrevistados:

“Aqui é tudo irmão, véio. Todo mundo no mesmo barco, curtindo a mesma onda ...” (Matieri, Ouro Preto)

“O legal disso é que a gente pode reunir a galera e curtir junto... A gente estuda no mesmo lugar, mas lá não tem jeito de ficar curtindo assim...” (Maurício, Belo Horizonte)

Esse lugar é especial, né e quem vem prá cá com você também tem que ser ...” (Alessandro, Mariana).

Associada a essas falas, a observação das interações entre os sujeitos corrobora com essa impressão: em torno da imagem Pico, referência pontual e fluida, emerge a empatia que dá substrato à socialidade. Retrata-se essa situação, por exemplo, no momento em que as pessoas contemplam juntas uma paisagem, comentando entre si acerca de sensações e representação íntimas que são evocadas naquele momento.



Figura 4 – Um momento de contemplação

Embora tenham essa característica básica na sua constituição, a forma de organização interna de cada um dos grupos é bastante específica, e como já afirmei anteriormente, apresenta traços que ultrapassam a experiência da visita/acampamento em si e definem, significativamente, a forma como o grupo interage internamente, entre os seus, e externamente, entre outros grupos e o próprio meio físico.

Em geral, e a partir das minhas observações, o grupo mantém internamente uma estrutura bastante coesa, de forma que a maioria das iniciativas são levadas a cabo coletivamente. Assim é a hora de comer, a hora de “descobrir”, a hora de andar, a hora de “subir”. Se coloco essas relações em termos temporais, isso é consequência das percepções identificadas nos próprios grupos, fato de certa forma esperado em função do “ranso” historicista herdado de nossa tradição cultural. Mas é evidente que essas relações são espacializadas: onde ir, por onde passar, de que lado subir, pra onde olhar ...

Cada grupo, quando chega à região da pedra (do Pico), procura um lugar para colocar as coisas e se acomodar. A intenção de acampar (ou não) interfere nessa escolha, pois são poucos os locais compatíveis com a montagem de barracas na área da base da pedra.

Por esse motivo, a maior parte dos acampamentos são montados num outro local, à beira de uma cachoeira extensa mas de pequeno volume d'água, que fica cerca de 45 minutos “antes” do Pico. É bastante comum acontecer de grupos fazerem a trilha até este local, montarem nele seus acampamentos e somente bem depois, ou mesmo no dia seguinte, terminarem a “subida” até o Pico.

Mesmo para os grupos que não levantam acampamento, aqueles que sobem pela manhã e descem ao final da tarde, a parada na “cachoeirinha”, como chamam a área, é praticamente obrigatória. Dos cinco grupos que acompanhei formalmente e dos vários outros com os quais visitei o Pico na posição de trilheiro, nenhum deixou de parar nesse local, seja para descansar, seja para observar o que há pela frente, seja para contemplar o que ficou para trás. Esse conjunto de fatos constitui a razão pela qual parte das minhas observações foi realizada nessa área e não apenas no Pico propriamente dito.

Remetendo-me a Tuan (1983), é interessante registrar que a própria cachoeirinha já foi transformada em “lugar”; há uma atribuição de valor para ela. Na própria dinâmica de exploração do espaço, esse fato se faz presente. Nas palavras de Tuan (1983 p.6)

“... se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.”

Quanto à dinâmica de interação interna dos grupos, embora traços semelhantes possam ser identificados numa perspectiva mais ampla, é possível encontrar diferenças significativas em pontos mais específicos de sua organização. Assim, há grupos que espontaneamente se organizam, seja para cumprir tarefas necessárias, explorar a região ou contemplar a paisagem. Em outros, as iniciativas parecem dispersas e individualizadas, com escassez de diálogo e do compartilhamento da experiência. E há aqueles ainda em que certas lideranças (positivas ou negativas) podem ser identificadas, orientando posturas e comportamentos.

Um dos grupos contatados no Pico, por exemplo, parecia ter uma espécie de acordo entre seus membros que definia o que era permitido ou não fazer, bem como o tempo e o espaço das ações. A fala de um de seus componentes ilustra esse fato:

“Se pisar na bola três vezes, paga uma prenda. E tem gente devendo aí. Um aí comeu biscoito de madrugada, quer dizer, é rato de acampamento. Então ele vai cair naquele poço lá, vai cair de roupa e tudo...” (Materi, Ouro Preto)

Entretanto, a partir do que foi possível observar nas falas e atitudes desse mesmo grupo, um certo autoritarismo foi manifesto por um de seus membros, o qual assumia as iniciativas norteadoras, de certa forma, a dinâmica através da qual as atividades eram desenvolvidas. Observando a interação do grupo e os procedimentos dos sujeitos, é possível sugerir que esse tipo de hierarquia trouxe algumas conseqüências com relação à vivência/experiência do lugar. Uma situação específica representa com propriedade o que estou tentando mostrar: dois dos rapazes do grupo queriam sair para explorar a área, mas foram coibidos com a seguinte fala de Materi:

“Nós não viemos juntos? Então vamos fazer tudo junto! Não vai agora não! Espera que depois vai todo mundo.”

Numa análise precipitada, poderíamos argumentar que esse tipo de ocorrência acarretaria o cerceamento das possibilidades de fruição daquela atividade, já que as pessoas que dela participam estariam submetidas a um regramento exterior, estranho à própria vontade. Entretanto, buscando outra

perspectiva para analisar o mesmo fato, identificamos um aspecto de grande importância: a sua contradição, traduzida nas formas de resistência presentes no interstício das relações operadas dentro do grupo. Assim, é possível crer que, nessas situações, aflorem subterfúgios sutis, potencialmente capazes de burlar tal regramento, uma espécie de dribble que escamoteia uma lógica infusa, qualquer que seja a sua natureza. É por meio desses mecanismos que a experiência da atividade pode acontecer a despeito da presença desse suposto autoritarismo.

Não fosse essa escapatória, o tipo de postura “impositiva” acima relatado poderia comprometer de maneira significativa o envolvimento do indivíduo com atividades dessa natureza, sobretudo se formos considerar que naquele espaço-tempo por mim pesquisado, elas consistiam em opção de lazer devendo, por isso, ter ser sua fluência marcada pela liberdade de escolha acerca do que fazer, do que não fazer, de quando fazer e de onde fazer.

Antes de prosseguir, é fundamental registrar que essa “liberdade de escolha” existe menos no fato do que no conceito, devendo ser contextualizada no âmbito em que são tomadas as decisões. Gutierrez (1997 p.53)) pontua isso com propriedade ao discutir essa liberdade como uma das (ditas) características do lazer. Segundo o autor, esta possibilidade de opção deve ser compreendida num sentido muito relativo, ou seja:

“ela só é livre porque o sujeito opta individualmente por ela a partir do confronto com seu próprio passado, onde estão cristalizadas todas as referências culturais, sociais, antropológicas e políticas do meio em que se insere. Isso significa dizer que, embora fruto de uma livre opção desde a perspectiva individual, a atividade de lazer possui uma forte componente de determinação ambiental e histórica”. (p 53)

Apesar desse panorama, na experiência prática, e a partir da perspectiva própria, as pessoas acreditam vivenciar o componente “liberdade”. Parecem sentir-se desobrigadas, soltas, guiadas apenas pela própria vontade, associando essas impressões e uma relação diferenciada com o tempo. Algumas falas de outros sujeitos mostram essa perspectiva:

“Aqui o tempo é nosso aliado, né... O tempo é da gente, o tempo é a gente mesmo...” (Paulo²⁰, Ouro Preto)

“Quando você acampa assim, você acorda, acordei. Aí estou com fome, aí almoço. Aí vai sem preocupar se está na hora de almoçar...” (Augusto²¹, Belo Horizonte)

“Bom é poder parar e ficar assim: do jeito que quiser, onde quiser, quando quiser...” (Alexandre²², Ouro Preto)

Alguns dos grupos parecem se organizar precisamente para providenciar esse universo de experiência. Um deles, por exemplo, optou por guardar os relógios até o momento da partida, do retorno para a casa. Seus integrantes diziam utilizar o tempo do corpo:

“Deu fome, come. Deu sono, dorme. A única hora que a gente vai ficar preocupado com o tempo é a hora de pegar o ônibus pra ir pra casa...” (Henrique, Belo Horizonte)

Em todas as falas, o enquadramento do tempo (e a tentativa de sua superação) aparece de forma pronunciada. Remetendo-me a Luchiarì (1996 p.),

²⁰ Paulo é um jovem ouropretano que com frequência pratica esse tipo de atividade. Subiu ao Pico com um grupo de amigo, todos da mesma comunidade.

²¹ Augusto é estudante, aluno do Pitágoras-BH, e já estava habituado a desenvolver atividades de acampamento. Estava no Pico pelo terceira vez.

²² Alexandre é de Ouro Preto e fazia parte do mesmo grupo que Paulo. Também estava habituado a participar de atividades de trilha o acampamento.

vejo nesse fato a influência decisiva da “metáfora do tempo”, ostentada desde a concepção iluminista de progresso²³, a qual responde pelo determinismo histórico na compreensão dos processos sociais, condicionando a percepção de mundo à sua temporalidade.

Na perspectiva de compreender como a concepção de tempo hoje dominante foi construída ao longo da história, Bruhns (1996) desenvolve um diálogo com dois autores contemporâneos (E.P.Thompson e S. De Grazia), através do qual evidencia o instrumento que teve participação crucial no enquadramento do tempo da vida: o relógio²⁴. Arelado intimamente ao processo de desenvolvimento industrial, este instrumento vai gradualmente impor o ritmo de seu mecanismo no cotidiano: dividindo o tempo em unidades abstratas (só tornadas concretas no próprio instrumento), o relógio passa a precisar o tempo, universalizando-o e tornando-o impessoal. Disso decorre que, agora medido, o tempo pode ser mercantilizado, transformado em produto. Onde a meta é produzir, o tempo passa a ser tratado como potência de produção, transformando-se em dinheiro. E assim o tempo é tratado em nossos dias. “No capitalismo industrial avançado, o tempo deve ser consumido, comprado, posto em uso, tornando-se uma ofensa a permissão do simplesmente ‘passar o tempo’” (*ibidem*, p.366). Nessa perspectiva, desde que não atrelado à lógica da produtividade, rentabilidade ou lucro, qualquer tempo livre torna-se desperdício.

²³ A autora coloca que somente a partir da década de 70 é que ganha importância a retomada da perspectiva espacial no campo das ciências humanas.

²⁴ Nesse mesmo texto, Heloísa Bruhns expõe que, embora seja dominante uma concepção linear do tempo, outras concepções também manifestam-se como a cíclica, a psicológica, a impressionista (do tempo marcante), entre outras.

É evidente que tal concepção tem desdobramentos sérios para o que consideramos aqui, pois é sobre ela que incide o tempo de lazer, tempo livre por definição, porém cronometrado, medido, e exatamente por isso, não livre. No cerne da mesma concepção, o tempo torna-se opressor, impondo ao homem um ritmo que lhe é estranho, porque externo. É nesse sentido que devemos compreender a intenção do grupo de Henrique ao livrar-se daquela máquina: buscar estabelecer uma relação pessoal com o tempo.

Seguindo essa linha de reflexão, parece que as atividades desenvolvidas em ambientes naturais como essas que analiso aqui, tendem a propiciar a ocorrência de uma relação com o tempo menos opressiva, sugerindo um distanciamento da realidade social, sucumbida à pressão do relógio. Na verdade, é negligente supor tal distanciamento, pois o ser humano não é dicotomizado, capaz de viver realidades estanques e compartimentalizadas. Por isso, quando nos propomos a participar de atividades dessa natureza, levamos conosco, em nossa bagagem simbólica, as impregnações que a dinâmica cotidiana acelerada e comprimida acarreta.

Podemos crer, nesse sentido, que ao buscar a oportunidade de vivenciar uma situação menos condicionada pelo tempo, menos subjugada pelo relógio, as pessoas escamoteiam sua intenção mais verdadeira: a de que o tempo se torne menos opressivo em todos os momentos. Tratar-se-ia, nessa perspectiva, de distribuir o final de semana durante toda a semana, ao invés de concentrá-lo num dado momento; assim, seria possível “viver” sete dias por semana, ao invés de viver em apenas um ou dois deles às custas do desgaste nos cinco restantes.

Ao tratar dessa tensão em torno do controle do tempo, é interessante resgatar um pensamento de Gutierrez (1997 p.54)²⁵, e pontuar que, ao considerar o desenvolvimento das atividades de lazer, é preciso ter presente que a realização da cultura está subordinada

“a um tempo que não é apenas o tempo do relógio, mas um ‘tempo que só pode ser consumado no conjunto da sociedade’, já que se relaciona com o tempo de trabalho que produz a riqueza e em seu desenvolvimento amplia o tempo de não trabalho e, conseqüentemente, o tempo disponível ao lazer”.

Como evidenciado nessas palavras, a determinação social do tempo é um fator importante e a sua consideração torna-se fundamental para refletirmos acerca da noção temporal que subsidia a vivência de lazer na sociedade contemporânea.

A despeito dessas observações, na percepção subjetiva das pessoas, parece ser possível o distanciamento entre as lógicas do tempo de trabalho e do tempo de lazer: assim, fugir da "loucura da cidade", da "correria do dia-a-dia" surge como um dos grandes objetivos perseguidos por aqueles que procuram as atividades que considero para análise aqui. Isso pode ser observado de forma explícita na fala de alguns dos entrevistados, que apontam na atividade a tentativa de quebrar com a aceleração da vida urbana:

"Você fica muito tempo dentro do escritório e tal, na frente do computador... Chega final de semana, você quer mais é ver uma coisa assim, totalmente diferente, num lugar aberto, sem a loucura da cidade". (Paulo, Belo Horizonte)

²⁵ Nesse momento, as elaborações de Gutierrez são apoiadas pelo pensamento de Gebara, 1994.

"É uma necessidade que a gente tem de sair um pouco daquilo que a gente faz todo dia, né, da correria do dia-a-dia..." (Índia, Ouro Preto)

"Acho que o mundo está cada vez mais... por ele estar mais dinâmico, mais rápido e tal e você estar sempre tentando acompanhar ele, porque você está nele, faz parte dele, tem hora que você tem que dar um tempo... se não você estressa... Você tem que quebrar um pouco, entendeu?" (Maurício, Belo Horizonte)

"A gente veio prá cá prá poder quebrar a rotina da cidade, entendeu, prá ter liberdade... Porque lá dentro você se sente tonto no meio da correria que a sociedade te impõe. A gente quer fugir disso, a gente quer ficar longe disso, entendeu?" (Henrique, Belo Horizonte)

O aspecto revelador dessas falas fica por conta do quadro que retratam: evidenciam uma dinâmica cotidiana acelerada, que inebria o homem (os homens!) submetendo-o à ânsia de acompanhar um tempo mais veloz que suas capacidades. Cabe aqui indagar se não seria este o momento (e o espaço!) de se buscar as alternativas a essa convulsão espaço-temporal que caracteriza as sociedades urbanas contemporâneas... Não seria a ocasião para indagar sobre a cultura que envolve nossas pensamentos, ações e relações, orientando para a velocidade na produção, no consumo e no vetor e da qual somos produto e produtores?

Antecipando-me nas conclusões, compreendo que tais questionamentos demandam esforços no mínimo desafiadores, e reconheço as limitações para sistematizar intervenções frente à lógica atual. Mas aqui, abraçando a Certeau (1996), prefiro acreditar na capacidade das pessoas ordinárias de reinventarem sua realidade, forjando maneiras de fazer diferentes que contextualmente possam "driblar" uma ordem social coercitiva e delinear

micro-revoluções no cotidiano. Creio ser a partir dessas células que, modestamente, uma multiplicidade de transformações possam se operar.

Num foco diferenciado de visão, Ribeiro e Barros (1997) nos oferecem outros elementos para análise. Discutindo o incremento do turismo na vida social contemporânea, os autores evidenciam como o sujeito atual é impregnado pela saturação de imagens difundidas pelos meios de comunicação de massa, as quais trazem uma circulação inusitada de ícones para consumo em grande escala. Prosseguem então afirmando que, nesse contexto, a experiência individual direta com o ambiente, com a paisagem adquire um grande valor para a afirmação do individualismo contemporâneo (na acepção que lhe empresta a distinção social), "já que, pretensamente, propicia um afastamento dos simulacros e das rotinas aos quais os indivíduos e suas redes sociais estão expostos aos dia-a-dia" (p.35) . E finalizam:

"A ruptura do cotidiano, o descotidianizar, permite, em maior ou menor grau, sair da reprodução massiva, ossificada nas rotinas obrigatórias e previsíveis, tornando-se tanto um ângulo potencialmente revelador de aspectos desconhecidos da realidade quanto uma posição diferenciadora dos indivíduos."(p.36)

Para nossa análise aqui, é importante considerarmos essas duas possibilidades. De um lado, enquanto "ângulo potencialmente revelador de aspectos desconhecidos da realidade", vejo nas atividades aqui consideradas um campo de ação e reflexão privilegiado para tratar de importantes temas, pois ao incorporar a percepção do meio ambiente, elas abrem espaço para uma ampla gama de considerações, as quais, dada a dimensão da esfera ecológica, vão

desde as relações físico-bióticas mais simples até questões de extrema complexidade, como a má distribuição de renda e suas mazelas na apropriação humana do espaço, ou ainda a instabilidade subjetiva que esse processo origina.

Por outro lado, enquanto "posição diferenciadora dos indivíduos", é possível reconhecer nessas atividades a possibilidade que representam na perspectiva da demarcação de grupos ou mesmo da distinção social. Seguindo a lógica adotada pelos autores em questão, a essência desse fato parece residir na ostentação de uma posição (individual ou do grupo) perante os outros, cuja tradução pode se dar na forma de se vestir, na escolha do que comer, nos lugares a frequentar ou nas opções de lazer. A possibilidade de "fazer turismo" emerge aí com destaque, principalmente se confrontarmos as demandas exigidas por tal atividade com a realidade de emprego e renda da sociedade em geral.

Convém ainda registrar que é no interior dessa abordagem que surge uma crítica comum a tudo aquilo que é ecológico: a de que tal significação compõe mais um modismo do que uma opção sustentada em bases claras e consistentes, e que, enquanto tal, é perseguida por uma elite (econômica, social, intelectual) na ânsia de se distinguir. Para minha análise, tratar de fazer a distinção entre tal modismo e a consistência daquela opção é menos importante do que identificar e compreender que a temática ecológica (qualquer que seja a sua modulação) é hoje recorrente e extensiva a cada insterstício da sociedade, e que atrás dessa realidade talvez sejam encontradas possibilidade singulares de resignificar a dinâmica ambiental e forjar uma ação mais integrada dos homens com o meio.

Retomando o fluxo das discussões sobre a dinâmica urbana, Tuan (1983 p.69) nos fornece mais um ponto para análise. Segundo a autor, "para os habitantes sofisticados da cidade, a natureza, qualquer que seja seu caráter, significa abertura e liberdade". De fato, quando indagados acerca das sensações evocadas pelo espaço-tempo do Pico, a quase totalidade dos entrevistados aponta "uma sensação de liberdade" como tradutora de sua experiência naquele momento. Esse sentimento pode ser relacionado à espaciosidade presente nessas experiências, afinal "o espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental" (*Ibidem*, p.61). Vejamos algumas falas:

"É tipo uma sensação de liberdade. Assim ... Parece que você está voando, sabe? Livre assim... [silêncio] Muito livre..." (André, BH)

"Livre, livre, livre. É assim que eu me sinto..." (Alessandro, Mariana)

"Olhando pra tudo isso aqui, parece que não tem limite... É uma sensação de liberdade muito grande." (Bruno, OP)

A vivência de outras sensações também aparece nas falas dos entrevistados, com destaque para os sentimentos de paz, tranquilidade e integração.

"Você chega aqui, em uma palavra só você já caracteriza tudo: paz." (Breno, BH)

"Aqui você tem sossego, tranquilidade... é isso: tranquilidade." (Biba, OP)

"É integração com a natureza... É aquele negócio que eu já falei uma vez: você olha assim esse negócio grandioso em volta

devocê, você se sente assim, mais integrado com isso que está à sua volta, entendeu? Sente que você faz parte disso tudo também, entendeu?" (Maurício, BH)



Figura 5 – “Estar no Pico”: mescla de sensações e sentimentos

Heloísa Bruhns (1997 p.128) buscando referência na discussão acerca do ideal clássico de ócio de De Grazia, estabelece a relação entre esse elemento (o ócio) e o ato de contemplar, fornecendo-nos alguns elementos capazes de nortear a consideração das falas acima. Utilizando as palavras desse autor, Bruhns explicita que o contemplador “olha o mundo e o homem com o olhar tranqüilo daquele que não tem nenhum plano para lhes impor. Em certo sentido, sente-se unido a toda natureza e não possui a separação agressiva ou a solidão impassível que nasce de pesquisar homens e objetos com a vontade de explorá-los(...)”.

Posso crer que esse tipo de relação, onde a gratuidade é o eixo norteador, caracteriza a sensação explicitada nas falas anteriores e, conforme destacado por Bruhns, amplia a percepção de integração com o meio, o que nos impele a considerá-lo aqui em nossas discussões. É da interação que o ser humano estabelece nele e com ele que estaremos nos concentrando no tópico a seguir.

3.2 A marca do tempo: ocupação e preservação

“A única regra que você tem que respeitar aqui é a regra que a natureza te impõe, entendeu? É aquela regra de você preservar, de você estar interagindo com o meio sem destruir ele. É, e a sociedade tem regras completamente diferentes dessas daqui. Essas daqui são as naturais.”²⁶ (Maurício, estudante, Belo Horizonte)

Como coloquei anteriormente, a problemática ambiental é uma questão indiscutivelmente posta em nosso contexto atual. Não é objetivo desse texto discutir os fatores que condicionam a sua presença na pauta dos grandes dilemas que a sociedade enfrenta nos nossos dias, mas ao falar de uma atividade “ecológica”, é impossível deixar de considerar esse ângulo; é irresponsável ignorar esse assunto.

²⁶ Utilizei-me aqui dessa fala por acreditar que ela explicita, da parte de seu autor, uma certa preocupação com algumas questões ambientais, as quais tomo para análise neste ponto do trabalho. Entretanto, é importante não deixar de perceber que ela evidencia também uma noção equivocada ao separar natureza e sociedade, fazendo crer que aquela existe de forma externalizada, constituindo apenas a base material na qual a sociedade atua. Nesse sentido, convém frisar a indissociabilidade desses elementos, vastamente apontada na literatura que trata do assunto.

Passeando pelas elaborações teóricas que discorrem sobre o tema, temos mais uma vez confirmada a sua primazia: é elevado o número de autores que se debruçam sobre ele, estabelecendo relações com as mais diversas esferas da vida humana. Aqui, como não poderia deixar de ser, estaremos privilegiando a atenção dada às intervenções humanas no âmbito das práticas de lazer que ocorrem nos ambientes “naturais”, indagando o seu potencial ambiental.

Nesse sentido, de antemão, cabe uma ressalva: poderia ser argumentado que, enquanto prática de lazer, essas atividades deveriam ter um caráter “desinteressado”, pautado na gratuidade da experiência e no prazer que ela proporcionaria. Por esse motivo, não deveriam estabelecer vínculo com nenhum objetivo que lhes fosse estranho, que estivesse fora delas.

Para discutir essa questão, aqui recorro a um texto de Gutierrez (1997) sobre a caracterização contemporânea do lazer. Nele, o autor aponta a falta de uma definição metodológica que permita tornar o lazer um objeto científico, identificando o desamparo acadêmico dessa área. A seguir, levanta diversas questões sobre a (in)definição de lazer e argumenta que o primeiro passo para superar o impasse disso decorrente consiste justamente na recuperação dessa definição, ainda que para isso tenham que ser assumidas todas as contradições e dúvidas que a permeiam. Nesse sentido, toma a definição corriqueira de lazer enquanto “atividade não obrigatória de busca pessoal do prazer no tempo disponível” (p.53), para então passar a criticar as características que o definem.

Inicia esclarecendo “a diferença fundamental entre sentir o prazer e buscar o prazer” (p.53), evidenciando que o lazer não pressupõe necessariamente a consumação do prazer, mas uma luta por alcançar essa sensação, que pode vir

ou não a ocorrer. Assim, as experiências marcadas pela busca de prazer nas quais, por algum motivo, este não foi consumado, não deixam de ser uma atividade de lazer, embora não prazerosa.

Ainda nesse sentido, o autor destaca também a relação direta que existe entre a intensidade de um prazer e as dores prévias que antecipam a sua conquista, as quais tendem a ser diluídas no discurso hedonista. Teríamos nesse conjunto, a primeira característica do lazer: a busca pelo prazer.

A segunda característica seria a liberdade de escolha, uma vez que o lazer é o resultado da opção livre do indivíduo. Nesse ponto, o autor deixa claro que essa liberdade deve ser compreendida de forma bem relativa, e evidencia o forte componente de determinação ambiental e histórica que a regula.

Uma terceira característica é que a atividade de lazer seria pessoal, ou seja, “essencialmente, uma opção de foro íntimo, individual, regida pela liberdade. Constitui um espaço da vida onde a personalidade de cada um (...) manifesta-se com maior autonomia do que em qualquer outro espaço da vida em sociedade” (p.54). Aqui também o autor questiona essa autonomia, apontando que fatores como a inserção de classe e o acesso diferenciado ao consumo tem estreita relação com o tipo de lazer adotado.

Finalmente, como a quarta característica corriqueira é colocado o caráter desinteressado. “A atividade de lazer se distingue por ser não lucrativa, não visar uma utilidade imediata e prática, assim como não constituir uma atividade de divulgação ideológica ou de alguma forma proselitista” (p.53). Aqui, o autor aponta a tensão interna dessa proposição, indagando sobre, por exemplo, aquelas atividades praticadas na forma de *hobby*, como a jardinagem ou a

marcenaria, as quais, embora possam visar a uma utilidade prática e imediata, ou ainda visar ao lucro, não podem por isso ser retiradas do conjunto das vivências do lazer. Outro exemplo nesse sentido seria a sexo, o qual, abordado sob uma ótica que remete às últimas consequências do raciocínio exposto acima, só poderia ser lazer se não houver a intenção de procriação.

Voltando a considerar as questões que me fizeram incursionar no permeio dessas elaborações, é agora importante resgatá-las para buscar compreender como as possibilidades de intervenção ambiental podem estar presentes nas atividades de lazer sem por isso comprometer essas últimas. Trata-se apenas que aproveitar as “brechas” que a atividade em si proporciona para articular percepções e valores rumo a uma interação menos perversa com o meio ambiente. Nesse sentido, a despeito de modismos ou outros apelos, a própria experiência sensível do contato com a natureza seria capaz de provocar esse efeito: sensibilizar, revelar, definir, chamar a atenção para questões ambientais presentes no dia-a-dia.

No contexto específico da minha investigação, algumas considerações proveitosas podem ser levantadas nessa direção.

Ouro Preto é “Patrimônio Cultural da Humanidade” fundamentalmente pelo seu espaço, o qual só tem seu valor reconhecido pela ocorrência histórica de um processo central: a sua conservação²⁷. Como já apontei no segundo capítulo, são “300 anos de história” concentrados no maior conjunto arquitetônico barroco

²⁷ Embora eu tenha buscado utilizar o termo “preservação” até o presente momento, aqui optei por fazer referência à “conservação” do patrimônio histórico ouropretano, uma vez que a tradução mais visível desse patrimônio – o acervo edificado – é utilizado cotidianamente pelas pessoas da cidade. Nesse contexto, o conceito de “preservação” não é, portanto, adequado, uma vez que supõe, de certa forma, uma intocabilidade não compatível com a situação da cidade.

do mundo, o que impinge à cidade a obrigação (se não necessidade) de manter-se conservada na dinâmica do tempo. Esse fato encerra preocupações que podem ser identificadas claramente na fala de seus moradores:

“Eu acho que a cidade pra ela poder, vamos dizer, ter o valor que precisa, que ela realmente merece, tinha que ter um trabalho pra divulgar e valorizar Ouro Preto para os próprios ouropretanos. A partir do momento que todos souberem valorizar o que nós temos aqui, a cidade vai melhorar ainda mais, vai ficar muito mais bonita...” (Nelson, guia de turismo, OP)

Paradoxalmente, uma cidade que se projeta mundialmente pela sua conservação parece não conseguir expandir esse conceito (e a sua tradução prática) para a atitude de seus sujeitos, quer sejam residentes ou passantes. Parece não conseguir fazer com que esse princípio cresça das fachadas das casas e torres das igrejas para atingir outros espaços.

Observar Ouro Preto no seu dia-a-dia, infelizmente, nos autoriza a dizer disso: de uma “topofilia²⁸” (usando termo cunhado por Tuan, 1980) que se apresenta no discurso mas está distante de se configurar na prática. E os comportamentos que traduzem esse distanciamento ambiental se estendem por diversas esferas, indo desde o “papel de bala no chão” (“Ah! Tem quem limpe...”) até o desperdício consciente de água (“Não pago mesmo...”).

Num cenário assim retratado, parece-me ser evidente a urgência de intervenções que promovam a responsabilidade do sujeito pelo estado do seu meio. E é por isso que me interessa tanto em “escavar” as possibilidades para o

²⁸ Yi-Fu Tuan considera o termo “topofilia” como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”, processo que envolve a percepção, os valores e as atitudes que estão envolvidas nas relações com o meio ambiente. Segundo ele, trata-se de um conceito difuso, mas concreto como experiência pessoal (p 5)

surgimento de intenções que caminhem nesse sentido no terreno das atividades desenvolvidas no Parque do Itacolomi.



Figura 6 – Um outro ângulo para ver Ouro Preto

Curiosamente, no espaço por mim pesquisado, as atitudes e representações estão – para uma primeira análise – distantes daquelas encontradas na cidade. Por exemplo, todos os grupos que observei “desceram” com o lixo que produziram no espaço do Pico quando de seu acampamento ou visitação. Algumas falas, inclusive, pontuam nitidamente essa preocupação:

“Você tem que vir, cara, mas com consciência: não rola de espalhar lixo não... Tem que ter consciência.” (Marcão, OP)

“Olha, já tem um tempão que a gente anda por aí, que a gente faz esse tipo de coisa... Eu venho aqui e trago [saco de lixo]. Não deixo nada aqui, volto com tudo dentro da mochila...” (Paulo, BH)

“Não custa nada voltar com tudo que você traz... O lixo não vai aumentar em nada a sua bagagem que você subiu...” (Cláudio, Piranga)

“Além do nosso lixo, se a gente acha lixo por aí, a gente cata, né...” (Henrique, BH)

Devo pontuar aqui que busquei, nessa questão, “testar” a veracidade de algumas falas por mim registradas. Instituí, para isso, um procedimento que chamei de “observação do dia seguinte” e que consistia, como o próprio nome sugere, em retornar aos pontos de acampamento no dia seguinte ao da “descida” de um dado grupo. Essa iniciativa me foi bastante útil tendo em vista que só pude acompanhar alguns grupos na subida (aqueles que passavam a noite – ou noites – no Pico). Assim, a única forma de constatar como haviam deixado a área de acampamento era retornando a ela no dia seguinte.

Através desse procedimento pude constatar que nenhum grupo abandonou lixo nos locais de acampamento, o que configura um aspecto positivo (ainda que superficial) na interação daqueles sujeitos com o espaço em questão.

Nesse ponto, talvez fosse interessante resgatar as elaborações de Marinho (1998) ao expor o debate acerca do impacto ambiental das atividades esportivas e/ou recreacionais desenvolvidas em espaços naturais. Considerando a perspectiva de dois autores - Bart Vanreusel e Keith Thomas, ela polemiza a questão desse impacto expondo como o primeiro deles fornece elementos para identificarmos a passagem histórica de uma postura tipo *Bambi*²⁹ (alguém “aliado

²⁹ Os termos *Bambi* e *Rambo* são do texto de Vanreusel.”

do meio natural que vive na e com a natureza comportando-se de acordo com princípios ecológicos”) para uma postura tipo *Rambo* (“destruidores e poluidores da natureza”, “aventureiros que simplesmente se unem às expedições esportivas e esmagam as sutilezas e os refinamentos ecológicos”); e como o segundo, em suas análises, sugere exatamente o contrário, ou seja, “a passagem da violência sobre o mundo natural para uma relação baseada na simpatia e na sensibilidade” (p38). Após lançar a questão central de seu texto³⁰, a autora conclui seu pensamento expondo “outras formas de se perceber a natureza”:

“De certa maneira, pode-se perceber que, apesar de alguns estremeamentos na relação entre os grupos sociais e a natureza (na maioria da vezes por consequência de práticas pensadas e, também, impensadas) por falta de orientação, organização e, até mesmo disposição, há um outro olhar que perpassa a atualidade: um olhar de admiração, de atração e de descoberta. A natureza aparece, então, como espetáculo, podendo ser apalpada, sentida e admirada. Há uma espécie de simpatia, de ‘sentimento de participar de um cosmo comum’...” (p39).

Talvez esse “sentimento de integração” seja o responsável pelo “cuidado” que os sujeitos observados na minha pesquisa tinham com relação à área do Pico.

Entretanto, o simples desenvolvimento da atividade em si, por mais “ecológico” que seja o seu norte, agrega consequências que precisam ser apontadas: a limpeza de áreas de repouso e a abertura de trilhas e acessos, o que consiste em sacrifício de algumas zonas de espaço; o pisoteamento e a

³⁰ Indaga a autora: “O que tem ocorrido em nossa contemporaneidade, no que diz respeito à relação humana

compactação do solo, predispondo à erosão; a depredação da vegetação local (para lenha) e das rochas; o distúrbio do ambiente sonoro, visual e olfativo da fauna, por barulho, excesso de cores e odores estranhos ao meio; e o acendimento de fogueiras, focos potenciais de incêndios. A ocorrência de todos esses fatores, elencados por Serrano (1997 p.111) como “impactos negativos” das atividades dessa natureza, configuram um quadro preocupante, que justifica a fala do diretor administrador do Parque, Sr. Alberto:

“Lá na área de camping, na área do Pico, é possível identificar uma atitude muito mais degradadora do que conservacionista. Muitas vezes, as pessoas não tem consciência disso não, elas não fazem por mal, mas estão degradando. O caso da contaminação da água é um bom exemplo: lá em cima, o solo é muito raso e o lençol é alto. São as nascentes do Ribeirão Belchior, que faz a divisão leste do parque e que abastece boa parte do município de Mariana. Como as pessoas vão fazer suas necessidades ‘na moita’... Como lá é região de campo, a moita fica exatamente na linha de drenagem, de forma que você já está contaminando a água lá na nascente...”

Esse depoimento, juntamente com as considerações anteriores, me parecem ser de grande relevância por suscitarem a discussão em torno de dois pontos importantes.

Primeiro, ao considerarmos os “impactos negativos” decorrentes das atividades no Pico associados à perspectiva “degradadora” apontada pelo Sr. Alberto, temos que ser cautelosos para não incorrerem na defesa da idéia de uma “natureza intocada”, a qual, na perspectiva apontada por Diegues em duas de suas elaborações (1996, 1997), representaria a renovação do mito do paraíso

terrestre perdido, dando origem a um novo mito moderno, ou neomito, como o autor coloca. Justificado atualmente por argumentos baseados na ciência, como a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, esse neomito foi o fundamento para a criação dos parques nacionais, a qual tinha por trás a idéia de que “a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem pelo estabelecimento de ilhas, para que o homem moderno pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e no trabalho monótono e alienante” (*idem*, 1997 p.86).

Não bastasse o fato desse “mundo natural intocado e intocável” não existir, Diegues (1997), dialogando com outros autores, revela uma série de motivos pelos quais essa concepção ingênua deve ser evitada. Exemplo disso é o argumento por ele citado de Rodmam (p.86), para o qual “a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, na medida em que valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos seres humanos”. O mesmo autor (Rodmam) continua afirmando que a adoção dessa perspectiva traduz um modo de preservação da natureza inadequado e injusto, inclusive por privilegiar áreas naturais de forte apelo estético segundo padrões ocidentais, em detrimento de outras as quais, embora esteticamente “menos nobres” cumprem papel essencial para o funcionamento dos ecossistemas. Assim, seguindo com Rodmam essa linha de raciocínio, é possível observar, na atitude dos idealizadores dos parques nacionais, a negação de que a natureza selvagem tenha direitos e um valor em si própria, devendo, portanto, ser protegida por suas próprias qualidades intrínsecas. Parece ser esse o referencial que alicerça a

compreensão atual acerca das áreas naturais protegidas, as quais, por isso, acabam constituindo verdadeiros ícones da postura antropocêntrica com que o homem manipula o seu meio.

Voltando ao depoimento do Sr. Alberto, o outro ponto que quero considerar aqui consiste no fato de que, pelo que pude observar enquanto pesquisador e como freqüentador do Parque, ao praticarem atos degradadores, realmente “as pessoas não tem consciência disso não, não fazem por mal”, embora estejam degradando. No nível das representações, inclusive, a atitude delas é exatamente oposta: tratam a natureza “com respeito”, sentindo-se responsáveis por ela:

“Tem que cuidar dela sim, né cara, porque é o que a gente tem de mais valor...” (Alexandre, OP)

“A gente tem que respeitar ela, se não isso tudo aqui acaba...” (Paulo, OP)

“Você faz parte dela, certo? Então fazer mal pra ela é fazer mal pra você mesmo...” (Augusto, BH)

Não obstante a presença, nessas falas, dessa “atenção”, desse “cuidado” com a natureza, a mim elas também retratam uma postura caracteristicamente antropocêntrica, pois revelam uma preocupação com a natureza que é relativa à preservação necessária para garantir, a determinados homens, um certo nível de qualidade de vida, e não uma preocupação voltada realmente para o equilíbrio dos ecossistemas e a manutenção de todas as formas de vida em seu interior. Inclusive, convém mencionar, nesse sentido, que muitas

populações são afastadas desses espaços, como ocorre com os nativos, os quais não foram considerados nesse estudo por não integrarem a área que tomei para análise.

Outrossim, é importante registrar que, expandindo o foco de análise, tanto a representação quanto a atitude das pessoas que visitam o Pico podem ser consideradas reducionistas pela forma como traduzem a compreensão da dinâmica ambiental. Restringem-se ao trato das interações físicas sobre o meio material, desconsiderando (no plano prático e discursivo) o fato de que a complexidade daquela dinâmica (ambiental) engloba inúmeros outros aspectos, os quais ultrapassam a esfera física e atingem as esferas subjetiva e social. Guattari (1997 p.25), discorrendo sobre “as três ecologias”, sintetiza essa idéia nas seguintes palavras:

“Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universos de referência sociais e pessoais.”

E tomando essa perspectiva, reitero aqui a possibilidade dessas práticas desenvolvidas em “espaços naturais” serem convertidas em preciosos instrumentos de reflexão e ação sobre as questões ambientais, compreendidas em seu sentido mais amplo. Não se trata mais da opção de fazer ou não fazer, mas de atender ou não a uma necessidade.

Como já mencionei nesse estudo, a partir de minhas observações, parece ser possível afirmar que o contato com o ambiente natural, a sua vivência, provoca uma apreciação diferenciada sobre o meio, sugerindo às pessoas uma certa

sensação de responsabilidade e dever no equilíbrio ambiental, na “proteção” da natureza. Como parti do cenário de Ouro Preto para considerar o trato dessas questões ambientais, busquei também verificar de que forma a apreciação delas no espaço natural poderia retornar para a cidade depois. Em outras palavras, procurei identificar como as pessoas dizem agir no espaço urbano a partir da perspectiva de proteção e preservação ambiental que eles vivenciam na natureza. A fala de alguns entrevistados é interessante nesse sentido:

“O legal é que você aprende a dar mais valor à natureza, né. Você percebe que se continuar evoluindo desordenado assim, a gente vai acabar perdendo tudo isso. Então, dentro da cidade, tem que ser a mesma coisa...” (Biba, Ouro Preto)

“Depois que você se envolve com isso daqui, você começa a tomar mais conta também, você começa a ter mais cuidado com essa questão mesmo dentro da cidade... Você fica mais cuidadoso com essas coisas, até mesmo jogar coisas prá fora do carro, que era uma coisa que eu fazia muito...” (Marcelo, Belo Horizonte)

Numa primeira análise, poderíamos ser levados a crer, a partir dessas falas, que a participação em atividades “ecológicas” repercute de maneira positiva na interação das pessoas com o meio no espaço urbano. Entretanto, sem desconsiderar o grande significado desses depoimentos, temo que seja precipitado estabelecer aqui essa relação, uma vez que, para além do discurso, não busquei apreciar o comportamento das pessoas nos limites da cidade no que se refere a essa questão. O que observamos muitas vezes (e aqui isento-me da posição de pesquisador) é que algumas pessoas que no campo guardam o lixo, no espaço urbano jogam-no no chão, poluindo a cidade sem, aparentemente,

noção alguma de está-lo fazendo. Os desdobramentos disso podem se revelar significativos, mas por não terem sido verificados, extrapolam a capacidade de análise do presente estudo. Fica aí, desde já, uma sugestão para posteriores incursões sobre essa temática.

E ainda na direção de refletir sobre outras questões que envolvem a apreciação do meio ambiente, partimos agora para um momento crucial da experiência das pessoas no espaço natural: o do seu deslocamento, o da caminhada. E é buscando desvelar esses aspectos que nos aventuramos no capítulo a seguir.

Capítulo IV

Da paisagem ao espaço: o movimento

4.1 Partindo de longe, chegando bem perto: a trilha para o Pico

“A gente preferiu olhar pras paisagens do que pensar em andar... Tinha lugares lindos assim no caminho...” (Serginho, Ouro Preto)

É difícil encontrar quem discorde: a trilha do Pico do Itacolomi é de uma beleza memorável, tanto pelo caminho em si, quanto pelo horizonte que se abre à medida que os passos vão ganhando altitude.

Embora não exista um percurso único para se chegar até ao Pico, optei aqui por fazer minhas considerações em torno da trilha que é mais utilizada, a qual tem seu início na portaria do Parque Estadual. Esta portaria fica à beira da rodovia que liga Ouro Preto à Belo Horizonte, sendo, portanto, de fácil acesso. Partindo da cidade, pode-se chegar até ela facilmente também, bastando para isso tomar um ônibus urbano até o bairro Bauxita, percurso coberto em aproximadamente quinze minutos. Cerca de 500 metros separam o ponto de ônibus no referido bairro da portaria do Parque³¹.

³¹ Convém apontar que recentemente foi inaugurado o Hospital Regional de Ouro Preto, construção que fica exatamente em frente à portaria do Parque, do outro lado da rodovia. Esse fato torna-se significativo se considerarmos que, com base em observações e conversas informais, pude verificar que diversos moradores de Ouro Preto se quer sabem onde fica a entrada do Parque Estadual do Itacolomi. Com a inauguração do Hospital é de se esperar que o Parque ganhe maior visibilidade, traduzida na identificação da sua portaria.

A primeira observação possível de ser feita aqui diz respeito à inoperância dessa portaria. Embora sua construção date de 1996, em termos funcionais, tudo acontece como se ela não existisse: não há nenhum controle de entrada ou saída de pessoas, e nenhum tipo de orientação é dada acerca de cuidados a serem tomados no interior do Parque, quer se trate da segurança pessoal, quer se trate da segurança da própria unidade.

O administrador do Parque, Sr. Alberto, informou que a natureza desse procedimento (ou da ausência de procedimentos) se justifica no fato de aquele espaço ainda não ter sido formalmente aberto para visitação. Segundo ele, tão logo essa abertura aconteça, diversos projetos serão implementados no sentido de aprimorar o controle de entrada e saída de pessoas do parque bem como de disponibilizar recursos (inclusive humanos) para orientação de condutas no seu interior.

Da portaria do Parque até a base do Pico, a trilha se estende por aproximadamente 6 km de subidas, descidas e trechos planos, com predominância de terrenos bastante acidentados.

De acordo com a dinâmica das caminhadas que observei na realização da trilha, ela pode ser dividida em três partes. A primeira delas, mais fácil, vai da portaria do parque até o ponto identificado pelos trilheiros como Baú. Nesse trecho, a elevação do terreno é pouco intensa e o solo é mais regular. Contudo, com pouco tempo de subida, já é possível observar o distanciamento da cidade, a qual gradativamente vai diminuindo e abaixando no horizonte.

O espaço em torno da trilha aqui já é de grande valor cênico, com ribanceiras e encostas cobertas de vegetação se desenhando de um lado do

caminho, e pedras de variadas formas e tamanhos rasgando o chão e as encostas do outro.

A maior parte desse trajeto é feita numa trilha bastante ampla e aberta, sem vegetação adentrando o caminho, de forma que as pessoas podem tranquilamente caminhar lado a lado, sem necessidade de se deslocarem em fila indiana.



Figura 7 – O primeiro trecho da subida para o Pico

A soma desses fatores (baixa elevação, terreno pouco acidentado, trilha larga) facilita, de maneira significativa, a interação entre as pessoas nessa parte do trajeto, o que pude facilmente constatar em minhas observações. Grande parte dos diálogos que observei durante a realização da trilha ocorreram nessa parte do percurso, além, é claro, daqueles que aconteceram nas paradas para descanso.

A facilidade desse primeiro momento da caminhada pode ser identificada na fala de alguns dos trilheiros que acompanhei. Cristiano, integrante do grupo de escoteiros, revela a diferença entre os trechos da caminhada nas seguintes palavras:

“O que é mais cansativo, que não é habitual nos dias de hoje, é a gente caminhar seis ou sete quilômetros de uma vez... O que eu acho é que essa falta de hábito que deixa a gente tão cansado. Ainda bem que lá embaixo o caminho é mais tranquilo, porque se já começasse forte como é aqui em cima, eu acho que muito gente ia desistir já no começo...”
(Cristiano, Belo Horizonte)

Uma outra fala interessante e reveladora é a da trilheira Kelly, também integrante do mesmo grupo. Registrei um comentário feito por ela na parte final desse primeiro trecho, durante a própria caminhada:

... e todo mundo falando que era puxado, que tinha de ter gás e tal... Cadê??? Até agora não vi nada demais nessa subida...
(Kelly, Belo Horizonte)

O curioso para se observar nessa fala é o seu caráter desafiador e, ao mesmo tempo, ingênuo e desavisado. A mesma Kelly, mais tarde, iria pedir ao grupo, durante a última parte da trilha, que parasse para descansar “*pelo amor de Deus*”...

A parada para descanso no Baú, que separa a primeira parte da caminhada da seguinte, ocorre num local de elevado valor paisagístico também. Grande parte da beleza do local se deve ao desenho das pedras que despontam

do chão, embora não seja possível deixar de registrar o atrativo da vegetação que cobre a área.



Figura 8 – A parada para descanso do Baú

Desse ponto, o Pico ainda é avistado no horizonte, o que é uma referência importante para estimular a continuidade da caminhada. Em breve, na segunda parte do trajeto, ele “desaparecerá”, só voltando a ser avistado nas proximidades da Cachoeirinha, da qual já falei no capítulo anterior.

A etapa da trilha que se segue à parada do Baú é bastante diferente da que a precedeu. Subidas e descidas íngremes se alternam durante a maior parte do percurso e o terreno torna-se bastante acidentado. Em alguns pontos, o auxílio das mãos se faz necessário para transpor obstáculos, em sua maioria rochas que

se sobrepõem. A trilha, em sua maior parte estreita, faz com que o percurso seja coberto em fila indiana.

Em grande parte desse trecho, como informei anteriormente, o Pico “desaparece” da visão, e os grupos acabam caminhando sem o seu referencial. Por esse motivo, é bastante comum as pessoas se perderem nessa parte da trilha, enveredando-se por caminhos que nem sempre levam até a Cachoeirinha, o próximo ponto de parada.

Com um dos grupos que acompanhei, isso aconteceu e a subida para o Pico foi estendida em cerca de duas horas. Convém registrar que, embora eu conhecesse bem o caminho, me deixei perder com esses trilheiros, pois identifiquei em tal oportunidade uma ocasião especial para observar o comportamento do grupo na sua interação interna e na forma como encaravam a atividade de caminhar em si.

De fato, o estresse gerado por essa situação foi revelador de falas e comportamentos bastante interessantes. Tão logo o grupo se deu conta de que havia errado o caminho (um de seus integrantes já havia subido ao Pico e sabia que, à altura daquele momento, eles deveriam ter chegado à Cachoeirinha), algumas manifestações surgiram, indo da revolta pelo erro até o riso preocupado e tenso. Vejamos as duas situações³²:

*“Ah, que droga... A gente anda isso tudo e não chega em lugar nenhum... Bem feito prá mim: quem mandou eu vir aqui?...”
(Bel, estudante da UFOP, Ouro Preto)*

“Psiu... Escuta. Acho que é o barulho do helicóptero que veio buscar a gente... (risos) Pelo menos a gente não vai ter que andar mais prá chegar até esse Pico...” (Jô, estudante da UFOP, Ouro Preto)

É importante observar, nessas duas falas, o caráter de “sacrifício” ou de “grande esforço” que a caminhada pode representar. Em algumas entrevistas, pude constatar este fato: algumas pessoas vêm a caminhada apenas como um requisito necessário para atingir seu grande objetivo, ou seja, vêm-na simplesmente como um obstáculo a ser transposto para que o Pico seja alcançado. Assim, talvez seja possível falar da instrumentalização do ato de caminhar durante a realização da trilha: o prazer (ou a satisfação) parece não estar na caminhada em si, mas no seu produto, isto é, no fato de chegar até ao Pico.

Em um artigo no qual discute a visita do corpo à natureza, Bruhns (1997 p.126-7) expõe uma interessante discussão sobre “a gratuidade e o utilitarismo, presentes correspondentemente no *fazer em si* e no *fazer para*” que podem permear essa visita. Inicialmente, a autora apresenta uma fábula de Pirsig, a qual narra uma peregrinação até a nascente do rio Ganges no Himalaia. Faz então uso dela para, acompanhada de Brandão, discutir a lógica da visita utilitária e da visita gratuita, esta última tradutora de uma “afirmação generosa da gratuidade”, referindo-se à gratuidade para como os elementos da natureza, da ociosidade sadia, em que há a possibilidade de reversão do esforço físico para a própria

³² Ambas as falas registradas aqui, assim como a quase totalidade das que se referem ao que foi dito durante a caminhada, foram registradas com o uso do gravador, no qual eu repetia o que havia sido dito por outra pessoa justamente com o objetivo de analisar essa fala posteriormente.

pessoa”. E conclui, ainda na companhia de Brandão: “a realização prazerosa ‘de algo que tem valor em si e não para outro fim’” (p.127).

Se deslocarmos essas elaborações para as questões da caminhada apontadas anteriormente, veremos que, em si, ela tem um caráter utilitário, à medida que consiste num meio para que o Pico seja alcançado. Entretanto, enquanto componente da visita como um todo, creio não podermos assim defini-la, uma vez que a finalidade da visita não é estranha à própria visita: ao contrário, como já informei anteriormente, chegar até ao Pico é a grande motivação da atividade. Contudo, buscar esse delineamento aqui é menos importante do que considerar os seus tangências: não podemos ignorar é que a vivência da caminhada, e a experiência física, motora, cinestésica – ou numa só palavra: corporal – que ela proporciona, podem desvendar novas percepções, abrindo novos canais de diálogo entre o indivíduo e o meio, uma vez que, ao longo do percurso, este último é necessariamente “incorporado” a cada passo, a cada salto, a cada arranhão.

Paisagisticamente, o segundo trecho da trilha também é bastante generoso, desvelando cenários pouco comuns onde pedra e planta se misturam. Parte dessa beleza pode ser atribuída à diversidade do que se avista pelo caminho, pois a paisagem vai mudando seu desenho conforme a caminhada acontece.

Assim, de trechos abertos, com vegetação rasteira e solo arenoso, de repente passamos a trechos acidentados, com vegetação fechada e entorno rochoso. Em outros pontos, ironicamente, a erosão do solo adquire valor paisagístico, construindo sulcos que se destacam quando avistados de longe.



Figura 9 – Umas das subidas da segunda parte da trilha

A segunda parte da trilha é encerrada na Cachoeirinha, um “lugar” de grande destaque na dinâmica da visita ao Pico, conforme já informei no capítulo anterior. É interessante mencionar que ela constitui um ponto crítico do trajeto, pois se situa ao final de um trecho difícil da caminhada, ao mesmo tempo que antecede outro cuja dificuldade é indiscutivelmente maior. A partir da Cachoeirinha, a visão que se tem do Pico explicita bem o desafio que está por vir

na última parte da subida: ele pode ser observado já bem de perto, no detalhamento de seus contornos, mas acima, muito acima do nível em que as pessoas se encontram. Em outras palavras, a partir da Cachoeirinha, tem-se a visão precisa do que será preciso fazer adiante para se alcançar o Pico: subir, subir e subir.



Figura 10 – O Pico do Itacolomi visto a partir da Cachoeirinha

Um dos desdobramentos mais significativos desse fato é que, para algumas pessoas, a subida para o Pico termina nesse ponto: elas olham para cima, olham para si e desistem de chegar até ele. Pude observar isso acontecer algumas vezes durante a realização da minha pesquisa, e os argumentos são os mais variados:

*“Meu lado Indiana Jones tirou férias... Chega! Prá mim, deu...”
(Bel, estudante da UFOP, Ouro Preto)*

“Prefiro ficar aqui. Essa água [da cachoeira] tá uma delícia, esse solzão todo... Já achei o que eu vim procurar. (Beto, estudante, Belo Horizonte)

*“Eu tô meio gripada... Acho melhor não arriscar. E se eu não aguentar chegar até lá em cima? Alguém vai me carregar?...
(Deise, estudante, Ouro Preto)*

Observemos que este é um ponto em que as solicitações físicas da atividade se tornam pronunciadas. Isso nos remete diretamente às questões sobre o controle corporal, hoje presentes no cotidiano de uma forma desafiadora e bastante diferente da presente em tempos anteriores, como expõe Sant’anna (1993 p.256): “ter domínio de si é menos uma tarefa de restrição e de contenção do que de diversificação e ampliação das forças corporais e psíquicas: ela implica, desde então, liberar todas as nossas supostas ‘identidades’ para que possamos conhecê-las melhor e expandir o nosso mundo subjetivo”. Parece ser este um grande desafio colocado atualmente: conhecer-se a si mesmo testando as possibilidades e os limites do próprio corpo. A trilha do Itacolomi oportuniza uma situação fiel nesse sentido, ao gerar, ao redor do indivíduo, um campo de tensão no qual se colocam, de um lado, o desejo de conhecer o Pico e, de outro, as demandas corporais às quais o indivíduo deve ser capaz de responder para alcançá-lo. Ocasão para “arriscar-se em experiências novas”, condição de legitimação crescente da procura do bem-estar enfatizada em nossos dias (*ibidem*, p.256).

Cabe aqui destacar entretanto que, no âmbito das atividades que analiso, a vivência desse “arriscar-se” situa-se dentro de certos limites: o controle da atividade parece ser importante para que o “espírito de aventura” possa ser vivenciado. Quando esse controle é ameaçado (como ocorreu com o grupo que se perdeu no caminho), o prazer da aventura dá lugar à insegurança, e o sentimento de “coragem para o enfrentamento do novo” é substituído pelo de temor diante do desconhecido.

Retornando à caminhada, da Cachoeirinha em diante, a trilha realmente se torna desafiadora. O terreno não é muito irregular, mas a subida, além de longa e constante, é bastante acentuada. Aqui, também, logo no início da subida, o Pico se esconde, para só surgir novamente no final do trajeto, quando as pessoas estão a poucos metros de tocá-lo. Entretanto, ao contrário do que ocorre no trecho anterior, nessa parte da trilha dificilmente alguém se perde, pois o caminho é único, sem bifurcações capazes de confundir as pessoas.

Em termos paisagísticos, o mérito desse último momento fica por conta do horizonte, que é ampliado conforme os metros de subida vão sendo superados. Um extenso vale vai se desenhando, e nos dias claros, a vista se perde nos limites entre terra e céu. Nas proximidades do Pico, inúmeras rochas despontam do chão em direção ao horizonte, compondo um cenário instigante, referido na fala dos trilheiros como sendo de rara beleza.

De maneira geral, os grupos, apesar do grande esforço nessa última etapa da subida, não encontram maiores dificuldades para atingir a área do Pico. À exceção das pessoas que optaram por ficar na região da Cachoeirinha, todas

aquelas que se propuseram a chegar até “lá em cima” conseguiram fazê-lo, embora um certo grau de exaustão pudesse ser identificado em diversas delas.



Figura 11 - A subida final

Obviamente, o ritmo da caminhada varia consideravelmente de grupo para grupo. Há os grupos mais rápidos, mais ágeis, que param poucas vezes durante o trajeto, e quando o fazem, é por um curto intervalo de tempo. Esses grupos chegam a concluir a subida em cerca de duas horas, uma hora a menos do que aqueles grupos mais lentos.

Nesse sentido, é interessante destacar que o ritmo da subida muitas vezes é fonte de conflito dentro do próprio grupo: algumas pessoas querem parar para descansar, ver a paisagem ou tomar água, enquanto outras querem subir para

chegar mais rapidamente até o Pico. Um dos grupos que acompanhei ilustrou bem essa situação, explicitada na fala a seguir:

“O que me aborrece é esse desencontro de idéias: um quer parar para observar Ouro Preto das alturas; o outro insiste em continuar, sendo que ninguém tinha hora marcada prá chegar. Qual era o problema de parar então???” (Cristiano, escoteiro, Belo Horizonte)

Essa ansiedade por chegar rapidamente até o Pico parece traduzir bem a aceleração típica da dinâmica social da qual fazemos parte atualmente. Nas palavras de Marcelo, membro do mesmo grupo:

“Eu acho que às vezes a gente trás um pouco disso que a gente tem na cidade prá cá, sabe, tipo assim: ‘vamos chegar rápido!!! Tem que chegar! Tem que chegar!’ Mas não tem que chegar! Ninguém tem que bater ponto lá em cima... Por que essa correria toda então?...” (Marcelo, escoteiro, Belo Horizonte)

No capítulo anterior, ao considerar as motivações explicitadas pelos indivíduos que praticam esse tipo de atividade, identifiquei, entre elas, a busca por uma “pausa” na correria do dia-a-dia, de certa forma uma tentativa de superar a ditadura do relógio. Sem mirar o escopo da discussão já realizada naquela oportunidade, aqui é possível perceber como a tradução dessa dinâmica se torna evidente, inclusive na forma veloz como as pessoas acabam experimentando o espaço da trilha. Trata-se de uma submissão à velocidade durante a realização da caminhada, fator que compromete, de maneira significativa, a interação das pessoas entre si e com o meio, à medida que a vivência do espaço é substituída

por sua simples transposição. Essa observação me leva a buscar, novamente, as elaborações que Bruhns (1997 p. 127) apresenta a partir da fábula de Pirsig. Ainda enfocando a gratuidade e o utilitarismo das visitas à natureza, a autora busca diferenciar o que, de acordo com Pirsig, pode ser denominado de escalada egocêntrica e escalada desprendida:

“No primeiro caso, deparamo-nos com algo descalibrado, em que o envolvido, centrado na sua vontade, não percebe, ou arrisca-se a não perceber, por exemplo, a beleza dos raios de sol passando por entre as copas das árvores. Caminha muito rápido ou muito devagar em relação às condições reais, pronunciando-se sempre sobre outro lugar e outras situações. Não vivencia a ‘experiência poética’³³, presente no segundo caso, de captar a realidade, de captar as coisas, na qual haveria um descompromisso com o tempo, diferente de quando se quer vencer o tempo.”

A análise apresentada por Bruhns pode ser facilmente realocada para o contexto que analiso: aqui também o fluxo da caminhada sugere o grau de envolvimento que o indivíduo estabelece com a atividade em si, esboçando o quanto ele se aproxima (ou se afasta) da “experiência poética” possibilitada pelas atividades dessa natureza. As falas de Cristiano e de Marcelo, enunciadas anteriormente, podem ser bons exemplos da vontade de explorar, com mais intensidade, essas possibilidades.

Entretanto, nesse ponto, um cuidado especial deve ser tomado para evitar a associação direta entre a velocidade da caminhada e o envolvimento das pessoas com a atividade. Pelo que pude observar, para alguns grupos que desenvolveram

a trilha mais lentamente, essa desaceleração correspondeu não a uma opção, mas antes à falta dela perante a limitação de alguns indivíduos em responder com mais “eficiência” à demanda física da atividade. Ilustrativo dessa perspectiva é a fala de Tiago, estudante de Belo Horizonte, comentando suas impressões sobre o ritmo da caminhada de seu grupo:

“Antes de vir prá cá, o cara tem que olhar se aguenta ou não o pique... Se não dá nisso: tem que ficar parando de cinco em cinco minutos prá descansar, e aí já viu, né... demora prá chegar.” (Tiago, estudante de Belo Horizonte)

Malgrado o teor dessa fala, cabe-me aqui pontuar que, independente do motivo que levava o grupo a parar, esses momentos acabavam sendo também empregados como pausas de contemplação, a qual estendia-se da flor à beira do caminho até o limite da visão no horizonte. Esse fato merece atenção dentro de uma ótica ambiental, já que, intencionalmente ou não, esses momentos celebram uma certa apreciação do meio. A exceção para esse fato se situa na última parte do percurso, na qual, apesar dos vários momentos de descanso, raros foram os que pude perceber serem também utilizados para contemplação do lugar, dado o cansaço apresentado pelas pessoas que participavam da atividade.

Na consideração das questões relativas ao meio que podem compor a dinâmica de realização de uma trilha, a exigência de velocidade na caminhada torna-se um fator importante. Se o tempo é regrado inclusive para atender à demanda física do descanso, qual parcela restaria para a apreciação do espaço?

³³ Nesse ponto, autora faz referência a Read (1986), que discute sobre a experiência poética mostrando a importância daquilo que denomina de “educação nas coisas”.

Nas entrevistas que realizei, poucos indivíduos fizeram menção direta às impressões ambientais provocadas pela caminhada em si. A grande maioria das falas relativas às apreciações do espaço, do ambiente, da natureza, restringiram-se às percepções tidas na área do Pico, nos momentos de contemplação.

Apesar desse fato, não observei, durante a subida, atitudes que representassem, explicitamente, uma ação degradadora dos trilheiros com relação ao espaço que cruzavam. Entretanto, do ponto de vista físico e biótico, é possível notar que a simples realização da trilha, por si só, acarreta conseqüências ao meio ambiente. Pagani e seus colaboradores (1996 p.153) elenca alguns fatores que devem ser considerados nesse sentido:

“Quanto aos impactos ambientais decorrentes da implantação e uso de trilhas, há três fatores ambientais principais sob ação direta da sua utilização, os quais são citados a seguir.

a) Solo: os principais impactos são a compactação – que diminui a capacidade do solo de retenção de água, alterando assim sua capacidade de sustentar a vida vegetal e animal (microfauna do solo) associada a erosão.

A presença de trilhas altera ainda o padrão de circulação da água na região. A água passa a escorrer preferencialmente ao longo da superfície ‘lisa’ da trilha, provocando o deslocamento de partículas aumentando assim a erosão. Quanto maior a inclinação do terreno, maior a velocidade da água e maior a quantidade de partículas deslocadas.

b) Vegetação: destruição das plantas por choque mecânico direto e indiretamente por compactação do solo. A erosão expõe as raízes das plantas dificultando sua sustentação e facilitando a contaminação das raízes por pragas, o que compromete toda a planta.

A presença de um trilha provoca algumas mudanças na composição da vegetação ao seu redor. As alterações ambientais permitem que as espécies mais resistentes tenham mais vantagens em relação às mais sensíveis.

c) Fauna: o impacto de trilhas em relação à fauna ainda não é bem conhecido. Provavelmente deve haver uma alteração no número de indivíduos de cada espécie, isto é, um aumento no

caso de espécies tolerantes à presença humana e uma diminuição para as mais sensíveis.

A multiplicação de trilhas pode ainda fragmentar a área necessária a algumas espécies animais, provocando interferência em suas rotas de deslocamento, destruição do habitat dos animais de caça, destruição de abrigos para certos carnívoros, etc.”

Embora essas considerações tenham grande relevância, cabe aqui resgatar uma discussão já feita no capítulo anterior e ponderar que não se trata de defender a idéia de uma “natureza intocada e intocável” (Diegues, 1996,1997). Se assim o fosse, o desenvolvimento de trilhas não poderia ocorrer de forma alguma, já que a simples presença humana no espaço natural representa interferência no equilíbrio do ambiente. Diante disso, essa visão mitificada de natureza deve ser superada, buscando abrir espaço para a realização de uma dada atividade desde que sejam respeitados os níveis de deterioração que o ambiente pode suportar para que não haja comprometimento das características e qualidades de seus recursos.

Outro aspecto importante a ser registrado é que, a exemplo do que afirmei no capítulo três, aqui também as pessoas não tem noção alguma do impacto ambiental que a presença delas acarreta ao meio. A sua percepção é bastante imediata, de forma que tendem a achar que se não estão sujando a área com lixo, não estão destruindo plantas e não estão maltratando animais, podem também não estar interferindo negativamente sobre o meio ambiente. A fala de Augusto, estudante de Belo Horizonte, retrata esse pensamento:

“O acesso aqui é livre, mas tem que ter responsabilidade. Tem gente que vem e bagunça tudo, faz altas sujeiras e tal. Mas tem o pessoal que vai na manha, deixa tudo limpinho, e aí não tem nada a ver não. Se o pessoal tiver consciência, não tem erro não... (Augusto, estudante, Belo Horizonte)

Apesar de suas limitações, esse tipo de postura explicita um dado que não deve ser desconsiderado quando o foco da discussão tangencia a problemática ambiental. Revela uma preocupação honesta das pessoas em relação à preservação dos ambientes naturais, o que representa mais um canal espontâneo de reflexão sobre essa temática. Como lembra Serrano (1997 p.106), as atividades pautadas no ecoturismo relacionam-se estreitamente às proposições do desenvolvimento sustentável³⁴ e ao ambientalismo, podendo representar, “do ponto de vista de uma transformação das relações predatórias do homem com o mundo natural, [...] algum sinal de mudança nos rumos de degradação acelerada do planeta.

4.2 Vivenciando o espaço: corpo e movimento

“Tem hora que o peito parece que vai explodir, falta ar... As mãos tremem e as pernas não obedecem: você que ir prum lado, bambeia pro outro... E de repente você descobre o seu corpo, cara... Eu mesmo já prometi: amanhã, quando a gente descer daqui, eu paro de fumar... (Alessandro, estudante, Mariana)

³⁴ Refiro-me, aqui, à alternativa de desenvolvimento que pressupõe a exploração de recursos naturais de uma forma ordenada e planejada, buscando minimizar (senão evitar) qualquer possibilidade de prejuízo aos ecossistemas.

As palavras acima nos revelam como a experiência de realizar a trilha do Itacolomi abre espaço para um diálogo particular do indivíduo consigo mesmo, explicitando, entre outras percepções, a forma como são vivenciados os limites físicos frente às imposições colocadas pelo meio ambiente.

Nesse diálogo íntimo, o corpo assume grande importância, pois ao mesmo tempo em que concentra nossas percepções, traduz nossa presença no mundo e dá identidade a nossa expressão no meio. O corpo é, pois, a forma como a existência humana se materializa no cotidiano.

Numa época tal como a dada nesses dias que presenciamos, esse fato assume grande relevância: como aponta Maffesoli (1996 p.13), perante a (re)afirmação intersticial de uma aura estética, reinam a forma e suas incorporações, fazendo ver no jogo da aparência a exibição do corpo em uma teatralidade contínua e onipresente. Nessa perspectiva, o corpo é decisivo porque é ele que está presente, ocupando espaço e engendrando comunicação (*ibidem*, p.133).

Buscando se aproximar da compreensão desse corpo hoje presente em nossa cultura, Sant'anna (1993) elabora um resgate histórico no qual evidencia como a sua concepção foi sendo alterada ao longo dos tempos. Parte da Idade Média, mostrando como aí vigorava a “teoria do humores” da medicina hipocrática, segundo a qual havia uma correspondência estreita entre o corpo e o mundo, de forma que qualquer desequilíbrio na ordem do cosmo resultaria, assim, no desregramento do próprio corpo humano.

Entretanto, continua a autora, “este corpo permeável, comunicando com o exterior e exalando humores, não tardará a se fechar e a se separar do cosmo”

(p.245). De fato, como resultado do investimento em dissecações e estudos anatômicos nos séculos XV e XVI, evidencia-se ter o corpo um funcionamento específico, diferente daquele da ordem do universo. Dessa forma, o corpo ganha independência e os eventos que com ele ocorrem não são mais diretamente relacionados como consequência do meio. Este é o registro primeiro da cisão entre o cosmos e o corpo.

Posteriormente, uma segunda cisão vai surgir, dessa vez acarretando a noção de “posse” corporal. Isso acontece a partir do Renascimento, quando, entre as classes sociais superiores da Europa, “o corpo distingue-se do ‘eu’, tornando-se algo que se tem, e não aquilo que se é” (*ibidem*, p.248). Nessa ótica, o corpo torna-se objeto, suscitando uma relação de hierarquia na qual colocam-se, de uma lado, o sujeito, imbuído da *vontade*, e de outro, o corpo, pronto a atender. Essa parece ser uma das noções fundamentais que orientam a concepção corriqueira de corpo presente nos dias atuais.

A tradução dessa lógica, que privilegia uma relação de posse, pode ser identificada nas percepções de alguns dos trilheiros que entrevistei:

“O problema é quando você se entrega, né... Aí seu corpo não responde mais, não faz mais o que você manda ele fazer. É uma questão psicológica, cara: você não pode é se entregar. Se você não se entregar, seu corpo suporta...” (Bruno, estudante, Ouro Preto)

“Eu acho que está tudo na cabeça da gente... Porque é você que manda no seu corpo, entendeu?... Se você se convencer que é capaz de fazer, pode tremer, pode cansar, mas você faz... Agora, se você deixar, o seu corpo não aguenta, e aí é melhor nem vir prá cá... (Tiago, estudante, Belo Horizonte)

Não obstante o teor do exposto aqui, mais significativo do que demarcar essa suposta separação “eu-corpo”, presente no discurso desses trilheiros, é pontuar a oportunidade alcançada, através dessas atividades, de experimentar uma *relação* corporal, qualquer que seja o seu direcionamento. Na dinâmica das trilhas em ambientes naturais, o corpo emerge (mesmo que objetificado) de forma destacada, esboçando uma possibilidade de (auto)reconhecimento, algo possivelmente diferente do que ocorre na dinâmica do dia-a-dia, na qual essa relação tende a ser ofuscada pelas demandas mais urgentes da vida.

Sintetizando essa questão, Bruhns (1997 p.130) pontua o fato de o corpo ser o primeiro referencial do homem no mundo, destacando a experiência corporal como sendo a mais direta e imediata. Nessa perspectiva, refletir sobre o corpo visitando a natureza remeteria à compreensão da corporeidade enquanto forma de estar presente, a qual expressa-se justamente através do movimento. “O movimento humano representa, portanto, uma forma de comunicação, um diálogo entre o homem e o mundo.”

Ao considerarmos o movimento humano na perspectiva apontada acima, e contextualizarmos nossa análise em relação a atividade aqui tratada, teremos que nos remeter, necessariamente, à caminhada através da qual se desenvolve a trilha do Pico do Itacolomi. Nesse sentido, ela constitui uma forma diferenciada de experimentar o espaço, instigando sensações específicas, cuja própria interação com o meio codifica. Nas palavras de Tuan (1983 p.59):

“No ato de locomover-se, o espaço e seus atributos são experienciados diretamente. Uma pessoa imóvel terá dificuldade em dominar até as idéias elementares do espaço

abstrato, porque tais idéias se desenvolvem com o movimento – com a experiência direta do espaço através do movimento.”

Essa é uma dimensão interessante da atividade que considero aqui. Como informei anteriormente, a partir de algumas falas e de minhas observações, foi possível identificar um certo grau de *instrumentalização* do ato de caminhar, tendo em vista a sua execução em função de um objetivo posterior, que era alcançar, atingir, conhecer o Pico. Entretanto, apesar desse possível desvirtuamento, as pessoas caminhavam, vivenciavam o ambiente, marcavam o espaço na mesma medida em que seus corpos eram marcados por ele. Impossível ser diferente: daí as dores nas pernas... daí o suor na testa... daí a sensação boa do vento que, ao tocar o corpo, era sentido como um impulso para o alto, adiante, em direção de onde se queria chegar.

“Ah... o cansaço vai batendo, eu vou cansando... A vontade é de parar. A primeira coisa que você sente é seu corpo pesando... Vontade de tirar a mochila e jogar no chão. Então vem o vento te empurrando prá cima, te empurrando para você continuar caminhando...” (Jussara, estudante, Belo Horizonte)

“... Então de repente você descobre que pode fazer muito mais do que pensou que podia.... Você começa a se descobrir... A própria natureza vai dando conta de recarregar a gente...” (Marcelo, professor, Belo Horizonte)

Novamente aqui recorro a Bruhns (1997 p.134) para contribuir na síntese do que essa falas denotam: “se quisermos sentir a natureza, deveremos entrar em contato com ela; temos de vivê-la, ser permeados por ela, engajando nossos sentidos”.

É importante destacar que determinados momentos da trilha parecem ter o poder de condensar essa interação com o meio, intensificando as marcas que o espaço projeta sobre o corpo. Ilustrativo, nesse sentido, é o trecho final da caminhada. A partir da dinâmica da trilha, é fácil observar que o esforço exigido pela intensidade da subida nesse momento parece concentrar todo empreendimento. As paradas curtas para descanso acontecem com frequência, possibilitando celebrar uma breve contemplação do espaço. Contudo, convém registrar que, na maioria das vezes, as pessoas estão tão cansadas que, ao pararem, simplesmente mantêm a cabeça baixa enquanto respiram profundamente. Para minha análise, esse é um momento crítico em que o corpo se pronuncia de forma acentuada durante a atividade, fato que pude atestar ao realizar minhas entrevistas posteriormente. Vejamos algumas falas:

“Nossa, foi difícil... Parece que o corpo da gente não vai aguentar. O coração quer sair pela boca, a perna fica bamba... Dá vontade de parar, deitar, dormir...” (Biba, estudante da UFOP, Ouro Preto)

“Você sente seu corpo pedindo prá parar... Respiração ofegante, perna quase explodindo... (Marcelo, médico, Belo Horizonte)

“Nossa, eu fiquei exausta! A gente começa a perder a coordenação das pernas... é perigoso até tomar um tombo. Então tem que parar, descansar um pouquinho prá poder continuar...” (Elaine, estudante, Mariana)

Outro aspecto interessante para se observar nesse ponto do trajeto é que, pelo mesmo motivo (o esforço físico exigido na subida), a interação verbal entre as

peças é praticamente inexistente: limita-se a comentários isolados sobre a dificuldade da caminhada. O diálogo é quase ausente, de forma que o silêncio predomina na maior parte do percurso.

Assim, essa parte do trajeto torna-se fundamental ao considerarmos a dinâmica corporal na atividade: a demanda física e o emudecimento delineado por ela podem catalisar o retorno do indivíduo para si, possibilitando-o se perceber radicalmente nessas circunstâncias ao experimentar estados orgânicos que podem ir do êxtase à agonia.

A prontidão física exigida nessa caminhada parece desempenhar, portanto, um fator que determina a participação das pessoas nesse tipo de atividade. Se focalizarmos o seu desenvolvimento no âmbito de Ouro Preto, veremos que os próprios guias de turismo identificam esse fator. Para eles, a exigência da caminhada representa uma barreira, muitas vezes estendida inclusive para aqueles que se aventuram pelo espaço urbano da cidade de Ouro Preto, dada a topografia do lugar.

“A gente sempre fala do Pico do Itacolomi e tal. Mas quando o cara fica sabendo que são três horas prá subir e mais três prá descer, ele desiste de pensar no assunto... Prá quem está acostumado a caminhar, tudo bem, mas para quem não está, a caminhada assusta. Aqui mesmo, dentro de Ouro Preto, eles reclamam de ter que descer ou subir uma ladeira pra chegar numa igreja... Ir pro Pico então, nem pensar...” (Genival, guia de turismo de Ouro Preto)

“O principal do Pico não ser visitado é pela caminhada. Se tivesse, por exemplo, uma estrada que levasse até a metade do caminho pelo menos, seria muito mais fácil. Agora, andar 12 km, seis horas caminhando... As pessoas acham que não vão aguentar...” (Nelson, guia de turismo de Ouro Preto)

Deslocando o foco de atenção do turista para o residente, é possível também identificar um certo receio de se aventurar na caminhada, ainda que o interesse em conhecer o Pico esteja presente. A fala de Conceição, dona de casa ouropretana, é bastante ilustrativa nesse sentido:

*“Eu morro de vontade de conhecer lá... Todo mundo fala que é tão bonito! Mas eu acho que não aguento andar isso tudo não... Seis quilômetros de subida é muita coisa prá mim...”
(Conceição, Ouro Preto)*

Tuan (1983 p.59) considera essa questão em termos do significado que o ambiente pode ter para as pessoas em função de diferentes níveis de aptidão e de outros fatores que podem significar a limitação das possibilidades de exploração do espaço. Segundo o autor:

“Um bebê não é livre, assim como os prisioneiros e os acamados. Eles não podem, ou perderam a capacidade de mover-se livremente; vivem em espaços confinados. Uma pessoa idosa move-se com dificuldade crescente. O espaço parece fechar-se sobre ela. Para uma criança sadia, a escada é uma ligação entre dois andares, um convite para subir e descer; para um velho, é uma barreira entre dois andares, um aviso para não sair do lugar.”

Confrontando as palavras do autor com as falas anteriormente registradas, podemos extrapolar o sentido da escada de Tuan. Relacionando-a com a trilha e a demanda da caminhada que lhe é intrínseca, aquele espaço pode representar tanto um desafio (um convite para o movimento), como também limitação (“um

aviso para não sair do lugar”). A percepção de um ou outro ângulo vai depender do nível de prontidão (destacadamente física) que o indivíduo julgar possuir no enfrentamento da atividade.

Voltando a considerar a dinâmica turística ouropretana, é interessante observar que para os guias de turismo que entrevistei, a melhor maneira de contornar essa questão seria possibilitar o acesso ao Pico de outra forma que não através da caminhada. Falam da utilização de cavalos³⁵ ou da construção de uma estrada que permitisse o trânsito de veículos.

“Se tivesse uma estrada que levasse até o Pico, então a gente podia incluir ele dentro de qualquer roteiro. Você programava, por exemplo, um passeio para o Itacolomi de manhã, descia com o pessoal para almoçar na cidade e de tarde fazia o roteiro histórico. Assim ficava tranquilo de fazer.” (Nelson, guia de turismo de Ouro Preto)

“Se tivesse um outro jeito de chegar no Pico que não caminhando, eu acho que iria despertar mais interesse nas pessoas... Se tivesse jeito de ir a cavalo, por exemplo... Porque o povo é muito desanimado, e fica com preguiça de andar aquilo tudo.” (Genival, guia de turismo de Ouro Preto)

Pensando na lógica turística, a partir de uma perspectiva de mercado, parece claro que essas alternativas são interessantes: o Pico poderia ser transformado em mais um produto a instigar o apetite do turista que visita Ouro Preto. Contudo, ultrapassando os limites dessa primeira aproximação, é possível sugerir que o Parque tenha mais a perder que a ganhar com tal procedimento,

³⁵ Convém pontuar que, dadas as características topográficas do espaço do Parque do Itacolomi, a utilização de cavalos para cumprir a trilha do Pico é, ao menos nesse momento, absolutamente inviável.

uma vez que ampliar grandemente a sua visitação implicaria na necessidade de ações correlatas as quais primassem pela integridade de seu espaço, desafio árduo para se enfrentar diante do quadro delicado que é apontado por sua administração atual. E não se trata de negar as potencialidades que essa ação pode desencadear, mas sim de relativizar a sua ocorrência num contexto que impõe significativas barreiras para o seu desenvolvimento adequado.

Um dos trilheiros que entrevistei no Pico mostrou-se bastante atento nesse sentido, discernindo os riscos que a possível substituição da caminhada por outro meio de locomoção poderia significar para a integridade daquele espaço. Vejamos a sua fala:

“Eu particularmente acho importante esse caminhar assim, com essa dificuldade... justamente porque o Pico torna-se um lugar de acesso restrito, só prá quem está determinado a vir aqui. Porque se tivesse uma estrada prá chegar até aqui, ele não seria o que é... Também não seria preservado do jeito que está hoje. Então eu acho muito importante continuar assim. Não deve mudar, não... Deixa do jeito que está que só vem aqui quem realmente se dedicar prá fazer isso...” (Bruno, estudante, Ouro Preto)

A preocupação explicitada por Bruno de fato procede, embora seja importante pontuar que a simples restrição (espontânea) do acesso ao Pico não garante em nada a preservação daquela área. Entretanto, como já mencionei anteriormente, concordo com o seu posicionamento em temer que a situação possa ser agravada caso a visitação se torne possível através de outro meio que não o da caminhada: o fluxo de visitantes poderia aumentar desordenadamente, afetando de forma incisiva o estado daquele espaço.

Além dessa questão mais ampla, mesmo do ponto de vista subjetivo, a experiência da visita ao Pico poderia ficar empobrecida em tal situação: vivenciar aquele espaço a partir do interior de um veículo representaria uma relação certamente diferente daquela propiciada pela caminhada: as marcas deixadas pelo espaço se deslocariam do corpo dos visitantes para a estrutura do carro... A sensação do vento tocando o rosto seria substituída pela atmosfera constantemente fria do ar condicionado...

Sennett (1997 p.17), ao fazer a introdução do livro no qual analisa a história das cidades contada a partir da experiência corporal de seus povos, denuncia como o espaço visto de dentro do automóvel deixou de ser uma possibilidade de contato para tornar-se um simples corredor. Embora suas considerações refiram-se à dinâmica urbana, enunciam uma lógica que pode ser facilmente aplicada aqui. Nas palavras do autor:

“O espaço tornou-se um lugar de passagem, medido pela facilidade com que dirigimos através dele ou nos afastamos dele. A visão que o motorista ao volante descortina à sua frente é a de um lugar escravizado às regras de locomoção e neutralizado por elas(...). Transformado em simples corredor, o espaço urbano perde qualquer atrativo para o motorista, que só deseja atravessá-lo. “

Nessa perspectiva, a “passagem” pelo espaço pode tornar-se uma experiência limitada, reduzida, subjetivamente, à composição dos quadros da paisagem focalizada a partir da janela do veículo. Teríamos, pois, na trilha do Itacolomi, o espaço vivido não como um estímulo à experiência e à invenção, mas sim como uma exposição de fotografias, isso quando não fosse tomado como empecilho, barreira a ser transposta para se alcançar o Pico.

Tuan (1983 p. 61) tece considerações semelhantes ao apontar as conseqüências que o deslocamento passivo do homem pode gerar sobre a sua relação com o espaço. Segundo o autor, “quando o transporte é uma experiência passiva, a conquista do espaço pode significar a sua diminuição”. Os passageiros de um avião, por exemplo, embora percorram grandes distâncias, estabelecem uma relação limitada com o espaço, possivelmente menos nítida do que a de um motociclista que desce ruidosamente uma auto-estrada. Ao contrário deste último, que domina a sua locomoção, os passageiros do avião não tem controle sobre a máquina e, por isso, não podem senti-la como uma extensão de seus poderes.³⁶”

Nesse sentido, se há o interesse de uma experiência mais direta com o meio, se há a intenção de absorvê-lo e ser por ele absorvido, é fundamental que a vivência do espaço se dê de forma ativa, criando os canais necessários para que um diálogo seja estabelecido entre os corpos e o ambiente. Do contrário, estaremos apenas “assistindo” ao espaço, ao invés de interagir com ele.

É nessa perspectiva que considero as potencialidades da vivência concreta em ambientes naturais: na sua capacidade de fazer mergulhar no ambiente e percebê-lo intrinsecamente. E foi na busca de compreender como se dá esse processo no contexto analisado que me aventurei no espaço das elaborações que explicitarei aqui.

³⁶ Tuan esclarece que a experiência intermediada com o espaço pode ser significativa contanto que não seja passiva. Nesse sentido, “instrumentos e máquinas ampliam a sensação de espaço e espaciosidade do

Considerações Finais

Experimentando os limites no final da trilha...

*Daqui, quando a gente olha prá isso tudo, a gente tem só uma idéia pequenininha do que é esse mundão... E ele é grande, viu...
(Cláudio, Piranga)*

Amplidão. É com essa sensação que chego a esse momento do trabalho. Lembro-me das considerações de Tuan (1983) sobre como o meio ambiente pode instigar sentimentos contraditórios em função de cada cultura. Falava ele sobre a espaciosidade, revelando que as pradarias abertas dos Estados Unidos representavam para os americanos um símbolo de oportunidade e de liberdade; entretanto, um espaço similar na Rússia representava, para os camponeses, mais desespero do que oportunidade: “falava da insignificância do homem diante da imensidão e indiferença da natureza” (63).

É nesse sentido que vou ao encontro de Cláudio na fala que abre esse capítulo: diante da vastidão da rede de relações que orientam e caracterizam o objeto que me propus a estudar, aproximo-me de uma pequena idéia do que é toda essa complexidade...

Assim, procuro, pois, ver qual o significado que cada uma das parcelas consideradas tem na construção dessa totalidade, tendo claro que a compreensão do real implica necessariamente na sua cisão, no seu

homem. (...) Um instrumento ou máquina aumenta o mundo da pessoa quando ela sente que é uma extensão direta de seus poderes corporais.” (1983 p. 60)

esfacelamento, porque só através das partes é que podemos nos aproximar de sua apreensão. Mesmo diante desse procedimento, muito pouco adiantaria se, abordado cada um dos seus fragmentos, não voltássemos a relacioná-los no conjunto da complexidade que os caracteriza. Foi esse o meu desafio aqui.

De início, devo pontuar meu próprio interesse pelo assunto: as atividades (ditas) ecológicas estão na pauta do dia e, para além dos modismos e suas imbricações, tem ocupado lugar de destaque em diversos meios, de forma que a sua ocorrência, a despeito dessa ou daquela orientação, não pode ser ignorada nem pelo mais desatento dos observadores.

No contexto do qual me aproximei, a tradução dessa relevância parece ainda ter pequena projeção: as atividades desenvolvidas em ambientes naturais ocupam pouco espaço na dinâmica de Ouro Preto, apesar do indiscutível potencial “verde” da região. Na busca dos motivos desse retraimento, foi possível identificar diversos aspectos, passíveis de serem sintetizados numa idéia central: a dinâmica turística de Ouro Preto, respondendo pela imagem que as pessoas – residentes ou passantes – tem do lugar, marginaliza as atividades ligadas ao “turismo verde”, concentrando as iniciativas sobre o patrimônio histórico-cultural, produto de maior visibilidade do lugar.

Entretanto, é fundamental aqui registrar a contradição presente nesse processo, graças a qual, aliás, pude realizar esse trabalho, pois a despeito de qualquer orientação, as pessoas iam ao Pico, elas estavam lá.

Ampliando o foco de observação, podemos ver inclusive que, mesmo do ponto de vista mercadológico (cujos mecanismos correlatos tem o poder de criar necessidades e desejos), a exploração do potencial natural da região ainda é incipiente, restrita a pequenas ações localizadas. Mas é menos importante aqui definir sua amplitude do que registrar a sua ocorrência. Dessa forma, se forem estimuladas as iniciativas nesse setor, é possível crer que as áreas naturais venham a ser gradualmente incorporadas à dinâmica da cidade, acabando por constituir espaços privilegiados para a interação do homem junto à natureza. Devo destacar, entretanto, que ao colocar essas palavras, não pretendo defender que o desenvolvimento das atividades ligadas às áreas naturais sejam atreladas aos meandros da exploração turística, aqui enquadrada sob a lógica do mercado. Outrossim, quero apenas reconhecer que, mesmo prevalecendo uma perspectiva desatenta à necessidade da preservação, a aproximação do ser humano ao meio natural sempre poderá abrir espaço para a busca de uma relação mais íntima entre homem e natureza.

Detectar essa possibilidade me parece ser tão importante quanto compreender seus desdobramentos, e aqui insisto no papel que a percepção pode assumir no interior da dinâmica ambiental ao construir sensibilidades novas e mais intensas, as quais podem subsidiar a construção de outros valores, voltados para uma relação mais harmoniosa dos seres humanos entre si e deles com o meio em que vivem. Nessa perspectiva, tornar-se-ia desnecessário empreender a “defesa da natureza”.

Nesse ponto, convém fazer uma observação: não podemos nos esquecer que a natureza é uma invenção humana, produzida pela cultura e resignificada de tempos em tempos conforme vão se desenvolvendo os processos sociais. Talvez daí todo o encantamento que a circunda atualmente: diante de um meio social degradado em suas várias esferas, ela emerge como esperança, promessa de paraíso perdido que no meio de tanta desilusão o homem contemporâneo busca insistentemente alcançar.

Igualmente, talvez seja nessa mesma perspectiva que se situa a aura mágica atribuída ao Pico, um lugar capaz de despertar sensações profundas de liberdade, paz e tranquilidade, as quais muitas vezes são perseguidas até a exaustão pelos trilheiros. Pois não é assim que observamos a trilha em questão? Uma experiência íntima com o espaço que, levada ao limite, pode representar um sacrifício extremo, único meio através do qual pode ser alcançado o gozo dos prazeres de atingir o Pico.

As maneiras como essas vivências acontecem também se revestem de importância: a forma como os grupos interagem pode ser decisiva para a apreciação da atividade, sobretudo se considerarmos a oportunidade privilegiada que representam para a celebração da socialidade. Afinal, fala-se do tempo das tribos, no qual a alteridade é o foco da própria existência, fazendo crer que “ser” é “estar em relação”. Daí a relevância do aparente, através do qual eu me relaciono e me coloco em comunhão. Encadeando as idéias, poderíamos dizer que “ser” é “ser visto” para poder “estar em relação”.

Ora, se assim entendemos o substrato que motiva as relações atuais, é sobre ele que devemos pousar nossas intenções de ação, mesmo sabendo

que uma atmosfera pautada em tais bases tende a refutar projetos de perspectivas futuras, concentrando no presente o valor da vida. Mas as percepções são presentes, pontuais, e novamente nos encontramos com essa possibilidade aqui: a de torná-las mola propulsora na busca da construção de uma outra relação entre o ser humano e o meio ambiente.

Por isso compreendo serem as questões ecológicas (no amplo sentido que se pode dar a esse adjetivo) tão importantes nos dias que correm, as quais têm na temática ambiental um pilar de grande visibilidade, um de seus representantes mais concretos. E aqui devemos lembrar algo que o movimento ambientalista tem de precioso: sua transitividade, traduzida na capacidade de agregar elementos diferentes em torno de sensibilidades e intenções específicas, sem com tudo isso ficar paralisado, sem tornar-se estéril. Ao transpor barreiras de naturezas diversas, ele acaba por propiciar a origem a um campo multidisciplinar sobre o qual suas ações podem ser assentadas, uma espécie de amálgama resistente, um *humus* fértil. Postura exigida, aliás, em função das preocupações que o próprio movimento incorpora: a demanda ecológica é multifacetada, e seus aspectos não serão resolvidos sendo abordados apenas dentro de uma especificidade. Um tratamento menos degradador para com o meio ambiente, por exemplo, tem efeito restrito, localizado, só se tornando efetivo quando em comunhão com outros aspectos que igualmente precisam ser tratados, como a esfera dos valores que predispõe ao uso inconsequente os recursos naturais.

No centro de todas essas relações, é definitivo supor o (re)conhecimento do corpo enquanto mediação do ser-no-mundo,

materialidade através da qual o sujeito se investe de realidade, sendo capaz de transformar potência em ação. Essa, por sua vez, entendida como movimento humano, responde pela intervenção no espaço, intervenção através da qual o homem reproduz, cria ou transforma os elementos do real.

Na contramão desse processo, constituindo complementaridade, o corpo constitui o pólo perceptual que concentra as apreciações acerca do mundo e das coisas, um universo individual de sensibilidade, ao mesmo tempo público e particular, engendrando comunicação. Trata-se, pois, de um corpo relacional, vetor da ação e da percepção, tornando-se, por isso, fundamental para o rumo das questões que circunscrevem a relação do homem com o seu ambiente.

Finda a trilha, fica a certeza de ser preciso lançar outros olhares , percorrer outras trilhas, vislumbrar outros horizontes. Olhares novos, caminhos novos, novos horizontes... Idas e vindas na busca de compreender essa imensa rede que nos envolve e que todos ajudamos a tecer a cada dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUHNS, H.T. Lazer e meio ambiente: corpos buscando o verde e a aventura.

Revista Brasileira de Ciências do Esporte. v.18, n.2, 1997.

_____. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico.

In: SERRANO, C.M.T. & BRUHNS, H.T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997. 150p.

_____. Lazer, trabalho e tempo: uma discussão a partir de Thompson e

De Grazia. *Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Belo Horizonte: [s.n.], 1996.

_____. *Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro*.

Campinas: Papirus, 2000.

CARVALHO, M. *O que é natureza*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, M. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: VALLE, E & QUEIROZ,

J.A. (coords.) *Cultura do povo*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

DIEGUES, A C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações

tradicionais. In: SERRANO, C.M.T. & BRUHNS, H.T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997. 150p.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 321p.

GUTIERREZ, G.L. O lazer na atualidade: contribuições para uma reflexão metodológica. *Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Maceió: [s.n.], 1997.

GOEZ, F. *História da terra mineira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1959.

GONÇALVES, M.A.S. *Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação*. Campinas, SP: Papyrus, 1994. 196p.

GRÜN, M. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 120p.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. 6ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. 56p.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 107p.

LACOSTE, Y. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 4^a ed. Campinas: Papyrus, 1997.

LEME, D.M.P.C. Metodologia em ciências sociais. In: MARCELLINO, N.C. (Org.) *Introdução às ciências sociais*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

LUCHIARI, M.T.D.P. A categoria espaço na teoria social. In: *Temáticas*, n° 4 (7), 1996.

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: EPU, 1986. 99p.

MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *O tempo das tribos*. (2^a ed) Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1998.

MAIA, A E.S. *Uma breve história de Vila Rica*. [s.n.]

- MARINHO, A. Do Bambi ao rambo ou vice-versa? As relações humanas com a (e na) natureza. In: *Conexões*. n.3, 1999.
- MINAYO, C.S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 79p.
- PAGANI, I.M. *et al.* As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, A.I.G. (org). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- REIGOTA, M. *O que é educação ambiental (2ª ed)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- RELATÓRIO Terra. *Levantamento histórico-cultural da área do Parque Estadual do Itacolomi*. Belo Horizonte: Instituto Estadual de Florestas- MG, [s.d.].
- RIBEIRO, G.L. & BARROS, F.L. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: SERRANO, C.M.T. & BRUHNS, H.T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997. 150p.
- SANT'ANNA, D.B. Corpo e história. In: *Cadernos de subjetividade*. v.1, n.1, PUC-SP, 1993.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996. 308p.
- SELLTIZ, C. *et al.* *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo, [s.n], 1971.
- SENNETT, R. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SERRANO, C.M.T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, C.M.T. &

BRUHNS, H.T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas, SP: Papyrus, 1997. 150p.

SILVA, A.M. A dominação da natureza: o intento do ser humano. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. v.18, n.2, 1997.

SILVEIRA, M.L. Da fetichização lugares à produção do lugar turístico. In: A Balastrey (org.) *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983